

SESSÕES DO PLENÁRIO

40ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 21 de maio de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADO ALEX LIMA (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Jânio Natal, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jasmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelo Veiga, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Targino Machado, Tiago Correia, Tom Araújo, Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó. (58)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Há sobre a Mesa um requerimento:

(Lê) “*Requerimento*

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia

Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar:

O projeto de Lei nº 23.191/2019, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a repactuação de dívidas oriundas de operação de crédito contratadas com o extinto Banco do Estado da Bahia S.A - BANEBA, e cedidas ao Fundo de Desenvolvimento

Social e Econômico - FUNDESE ou à Agência de Fomento do estado da Bahia S.A – DESENBAHIA.

Sala das Sessões, 21 de maio de 2019.”

Está convocada a sessão, na forma regimental.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Da Deputada Ivana Bastos comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 16/4/2019.

Do Deputado José de Arimateia comunicando que, devido a compromissos em Brasília na inauguração da nova sede do PRB e em reunião para tratar de assuntos do Estado, esteve ausente nas Sessões dos dias 6 e 7/5/2019.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Jacó.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, imprensa, pessoal da *TV ALBA*, colegas daqui da Casa, hoje eu trago aqui algumas informações relevantes.

A primeira é que no dia 10 de junho ocorrerá uma audiência pública para debater a agricultura familiar na cidade de Ilhéus. Essa audiência é um chamamento do vereador Makrisi, esse jovem vereador que é uma revelação para a política de Ilhéus. E aquela Câmara está muito fortalecida com o seu mandato, vereador Makrisi. Essa audiência ocorrerá na Câmara de Vereadores, a partir das 9 horas, e devemos contar com a presença do nosso secretário de Desenvolvimento Rural, Josias Gomes, e sua equipe e da nossa coordenadora de Desenvolvimento Agrário, Dr.^a Renata Rossi.

Então, será uma audiência pública importante no dia 10 de junho, na Câmara de Vereadores de Ilhéus, às 9 horas. Fica, aqui, o nosso chamamento para o povo de Ilhéus, para o povo da agricultura familiar daquele município.

O governo do estado iniciou a recuperação da estrada Irecê-Fazenda Nova, deputado Rosemberg, para nossa alegria, esse governador “correria”, incansável, através do seu secretário Marcus Cavalcanti. E fica, aqui, o meu abraço e o meu agradecimento. E essa estrada que liga Irecê a Fazenda Nova está sendo recuperada pelo nosso governo.

Foi um pedido do nosso vereador Murilo, da Asa Sul, jovem vereador, atuante, que, junto com o prefeito Elmo, esteve aqui comigo. E nós fomos, eu acompanhei o vereador Murilo, à audiência com o secretário, Dr. Marcus Cavalcanti. Fizemos o

pedido e ele atendeu de pronto. E, para nossa alegria, recebi as fotos hoje, deputado Rosenberg, e a estrada está sendo recuperada, para a alegria daquele povo.

Queria também destacar que R\$ 2,5 bilhões serão investidos no Porto Sul. O governador Rui Costa e representantes da Bahia Mineração assinaram o termo de unificação dos terminais do Porto Sul, constituindo uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) para a construção do empreendimento, localizado no município de Ilhéus, com investimento de R\$ 2,5 bilhões. O ato da assinatura ocorreu na manhã desta terça-feira, na sede da Governadoria, aqui, no Centro Administrativo da Bahia.

O início das obras está previsto para o segundo semestre. Todas as licenças ambientais para implementação do projeto já foram liberadas.

De acordo com o nosso governador Rui Costa, o melhor do Brasil, a unificação vai garantir eficiência operacional do Porto Sul com o uso compartilhado das estruturas marítimas e terrestres do empreendimento por parte do estado e da Bamin.

O porto terá capacidade de armazenamento e transporte de até 41,5 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Então, é uma obra importante, estruturante para o povo de Ilhéus.

Queria também destacar que hoje, pela manhã, na Comissão de Agricultura desta Casa – e eu quero parabenizar a nossa presidenta, a deputada Jusmari –, aconteceu uma audiência pública em que nós recebemos o secretário de Desenvolvimento Rural, Josias Gomes; o seu chefe de gabinete, Jeandro Ribeiro; a coordenadora de Desenvolvimento Agrário, Dr.^a Renata Rossi; e toda sua equipe da SDR.

E eu quero, aqui, saudar e parabenizar Josias e toda a sua equipe, a Dr.^a Renata, pelo seu trabalho, pela sua dedicação e pela certeza que nós temos de que a Bahia vai avançar, e muito, no mundo rural.

O debate foi frutífero. Debates sobre a regularização fundiária, as eólicas, a situação da agricultura familiar, a situação geracional da agricultura familiar e do mundo rural no nosso estado, tendo em vista que não apenas daqui a 11, 12 anos nós teremos, Carlinhos, quase 40% da população rural envelhecida. Então, esse é um debate importante, estruturante.

E hoje, pela manhã, nós tivemos essa oportunidade de conhecer o planejamento estratégico da SDR, que foi muito rico, e os deputados puderam...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) compartilhar e dar suas opiniões.

Para finalizar, duas notícias: primeiro, eu quero aqui, de público, desejar um feliz aniversário para o nosso colega, o deputado Niltinho, que está fazendo aniversário hoje.

E gostaria também, aqui, de pedir 1 minuto de silêncio porque hoje nós, a Bahia perdeu – e eu fiz uma moção de pesar – o seu grande líder, o secretário de Ciência e Tecnologia do Estado,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) SECTI, de 2007 a 2009, o professor Ildes Ferreira.

Professor da universidade, uma grande figura. Contribuiu muito com o MOC, com as políticas de desenvolvimento rural; uma pessoa que deu a sua contribuição para o estado da Bahia. E nós perdemos muito com a ida do professor Ildes, que estava sofrendo bastante. Que Deus o tenha, e eu gostaria de pedir 1 minuto de silêncio a esta Casa em memória do professor Ildes.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Atendendo ao pedido do deputado Jacó, solicito a todos os deputados que fiquem em posição de respeito para observar 1 minuto de silêncio pelo falecimento do ex-secretário Ildes Ferreira.

(Faz-se 1 minuto de silêncio.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, a deputada Olívia Santana.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados, servidores desta Casa, venho a esta tribuna, primeiro, para convidar todas e todos, porque na próxima quinta-feira estaremos em Valença, realizando a nossa 3^a Audiência Pública Itinerante da Comissão dos Direitos da Mulher desta Casa. Quero, inclusive, aqui saudar todas as minhas companheiras, colegas deputadas.

Somos 10 deputadas e temos uma atuação, deputada Fátima, muito intensa na Comissão da Mulher. É uma das comissões que eu considero ser das mais produtivas desta Casa, porque tem-se reunido toda semana, tem feito uma série de ações, audiências, tem examinado projetos e dado parecer a projetos que chegam às nossas mãos.

Portanto, fica, aqui, o convite para que não só as mulheres participem dessa audiência que vai acontecer no Baixo Sul, no território do Baixo Sul, em Valença, no auditório do IFBA. Mas também que deputados que tenham influência na área, na região se sintam convidados também.

Quinta-feira, às 10 horas, no auditório do IFBA, reunindo não só mulheres de Valença, mas do território do Baixo Sul. Considero que será uma grande audiência pública realizada por essa comissão, que é a Comissão dos Direitos da Mulher.

Quero também, aqui, saudar, presidente, a volta do governador Rui Costa de uma viagem que trouxe elementos muito significativos para a Bahia. Eu faço minhas as palavras do deputado Jacó, que já fez referência aqui a diversas ações encabeçadas pelo nosso governador, atraindo investimentos para o nosso estado.

E a notícia do nosso monotrilho tão esperado, com tanta expectativa. Ele, inclusive, já testou o modal na China e nos deu essa informação no encontro que tivemos ontem. Hoje, mais uma vez, ele reafirmou a informação de que Salvador terá o seu monotrilho, que vai ligar o Comércio a Ilha de São João. É muito importante que a gente tenha esse modal funcionando no subúrbio de Salvador. Serão 20 quilômetros de monotrilho, um transporte moderno, não poluente. Portanto, integrará

um conjunto de intervenções que desde o governo Wagner nós vimos florescer na capital baiana.

Não há dúvida de que, depois das intervenções que ficaram no passado, das avenidas de vale, as principais intervenções na mobilidade urbana têm sido feitas pelo governo do estado da Bahia. Infelizmente, a prefeitura de Salvador não responde para dar um transporte público de qualidade, decente para o conjunto da população da nossa cidade.

Mas o governo do estado tem feito, não só com a entrega do metrô, que saiu daquela condição que se chamava de “metrô calça curta”. Era um metrô de 6 quilômetros, e ficou por 10 anos dessa forma, mas virou um metrô que, hoje, dá orgulho ao povo de Salvador. E, agora, o povo do subúrbio também será contemplado com esse modal que ligará o Comércio a Simões Filho.

Então, é muito importante que se faça essa afirmação de que, apesar de toda a crise que nós estamos vivendo, há, sim, um esforço do governo do estado em atrair investimentos, diferentemente do que aconteceu nessa viagem do presidente Jair Bolsonaro, que foi aos Estados Unidos, gastando dinheiro público, e voltou sem nada nas mãos.

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

E ainda atacou seu próprio povo, o povo brasileiro, chamando de idiotas os cientistas, professores e estudantes que foram às ruas defender a universidade pública como um patrimônio da nossa nação.

Esse presidente volta sem nada. O governador Rui Costa volta apresentando ao povo baiano uma série de iniciativas, de investimentos estruturais e estruturantes.

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

Portanto, dá alegria e orgulho ao nosso povo.

Fica aqui, portanto, presidente, o meu registro, a minha saudação, como soteropolitana que sou. Tive 35 mil votos na cidade de Salvador.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Quero abraçar aqui e dizer que nós precisamos, de fato, não só do monotrilho, mas também o governador já fez a indicação de que o metrô chegará até o Campo Grande. Portanto, chegando ao centro antigo da nossa cidade.

Muito obrigada, presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, por 5 minutos, o deputado Pastor Tom.

O Sr. PASTOR TOM: Inicialmente, eu quero dar boa tarde a todos, cumprimentar o presidente em exercício, cumprimentar, aqui, os deputados e deputadas, e cumprimentar os alunos do Colégio Militar que estão chegando.

Ontem, eu iria usar esta tribuna para falar do assunto, mas eu fui enganado sorrateiramente, porém não quis procurar confusão no dia de ontem. Eu estava num determinado lugar para falar e chamaram outro. Mas deixe que eles achem que eu sou algum neófito, porque na hora certa a gente vai demonstrar como é que a gente trata essas pessoas que tentam nos enganar.

Eu quero usar esta tribuna no dia de hoje para dizer ao meu caro Líder do Governo... aliás, Líder da Oposição, deputado Targino Machado, que ouvi o discurso dele atentamente ontem, falando de uma operação que houve na cidade de Feira de Santana, onde a polícia invadiu secretaria, fez uma varredura na cidade de Feira de Santana.

Eu queria ler algo, aqui, para os senhores.

(Lê) “Srs. Deputados, a Constituição Federal consagra o princípio da presunção de inocência, hoje vigente em nosso ordenamento jurídico. Mas para que todos esses argumentos? Para reafirmar que não podemos condenar ninguém antes do processo ser finalizado.

Digo isso em defesa da secretária da Saúde de Feira de Santana, Denise Mascarenhas, e do procurador-geral do município, Cleudson Almeida. Os dois foram denunciados pelo Ministério Público, mas, antes mesmo de serem julgados, já estão sendo condenados.

Quero dizer a todos que confio na Justiça, mas também preciso confiar nos homens e mulheres de bem da minha terra. Não posso aqui imputar aos dois crimes que ainda estão sendo apurados. Diga-se de passagem que o processo ainda está em sua fase inicial e todos terão o direito de se defender.

Diferentemente do deputado Targino, não defendo o afastamento dos dois dos cargos, mas, sim, que os fatos sejam apurados, como já estão sendo. Mas, claro, se a Justiça conseguir provar que ambos cometeram algum tipo de irregularidade, que sejam punidos na forma da lei.

Antes disso, Srs. Deputados, precisamos aguardar a apuração dos fatos. Dar a oportunidade para que todos se defendam. Mais do que ninguém também aguardo o desfecho do caso, mas não posso julgá-los ou antecipar qualquer tipo de condenação.

Ressalto aqui a minha preocupação, mas defendo a manutenção dos mesmos em suas funções até o julgamento do processo.”

Eu ouvi atentamente, respeito o pronunciamento do Líder, mas, como morador de Feira, conheço a secretária da Saúde, conheço o procurador, e aqui está o nosso apelo. Entendo que são pessoas de bem. É um homem de bem o Dr. Cleudson; a secretária Denise é uma mulher de bem até provarem o contrário.

Então, este é o meu pronunciamento aqui neste dia, nesta terça-feira. Vamos aguardar, não vamos nos precipitar, porque lá, em Feira de Santana, também a polícia invadiu alguns setores particulares, lugares privados. E o tempo passou e essas pessoas mostraram a sua inocência. Saiu o documento depois, a própria Justiça falou que elas não tinham nada a ver com aquela situação.

Então, no meu modo de ver, humildemente, é momento de aguardar. Os dois têm feito um belíssimo trabalho naquela cidade. E não é de agora. Já estão à frente dos órgãos há muitos anos.

Feira de Santana cresceu, sim, com a administração do prefeito José Ronaldo de Carvalho, e ninguém pode...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) apagar o trabalho, a liderança e o empenho daquele homem público naquela cidade.

E vamos aguardar. Eu acho que, na hora certa, a Justiça, em quem eu confio, vai mostrar quem tem culpa e quem não tem culpa. E aqueles que já estão presos que permaneçam presos, e que vão lá para os quintos do que for. Porque, para mim, roubou o dinheiro público tem que ter o rigor da lei mesmo, tem que ter o rigor da lei. É para qualquer um! Não estamos aqui para defender esses crimes hediondos que acontecem...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) no País.

Então, concluo minhas palavras dizendo o seguinte: que posso todas as coisas naquele que me fortalece, que é o rei dos reis, o senhor dos senhores, o leão da tribo de Judá. Oh, glória!

(Não foi revisto pelo orador.)

Sr. Targino Machado: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Antes de conceder a questão de ordem ao deputado Targino Machado, eu gostaria de saudar, em nome de todos desta Casa, os alunos do Colégio Militar. É um prazer grande recebê-los aqui nesta tarde. E dizer que, para mim, é um prazer. Eu sou oriundo do grande Colégio Militar. A minha formação eu devo, em parte, aos 3 anos que eu passei no Colégio Militar, porque lá tem hierarquia, tem respeito, ao contrário do que falta, hoje, na maioria das escolas, nos colégios do Brasil.

Então, é um prazer. Sejam bem-vindos à Assembleia do Estado da Bahia, nesta tarde.

Bem-vindos.

O próximo orador, deputado Hilton Coelho.

Antes disso, concedo a questão de ordem ao deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, não é uma questão de ordem.

Com fulcro no art. 33, inciso I, eu desejo usar da palavra para uma comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. Targino Machado: Gostaria de que V. Ex.^a ordenasse a abertura do tempo de 10 minutos, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Marquem os 10 minutos, por favor.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, ontem abordei aqui um assunto que, na verdade, é uma denúncia grave contra a prefeitura do município de Feira de Santana, que alcança a Secretaria da Saúde do município e o chefe da procuradoria jurídica da prefeitura.

Fui alvo de muitas considerações, de diversas ligações de ontem para cá, muita gente querendo abafar a minha voz. E quero dizer que eu não tenho sociedade com erro, com fato delituoso. Inclusive, na imprensa... hoje se fala disso no *Bocão News* e me coloca como aliado de primeira hora do ex-deputado e atualmente prefeito Colbert Martins da Silva.

Eu quero dizer que posso até ser aliado de A, de B ou C, mas não sou sócio do erro de ninguém.

Ontem repercuti neste plenário denúncia oferecida pelo Ministério Público do Estado da Bahia em conjunto com promotores de Justiça do GAECO, que é o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas, em desfavor de agentes político-administrativos e agentes econômico-empresariais que atuaram na Secretaria da Saúde do município de Feira de Santana de forma continuada entre os anos de 2009 a 2018 com a prática de falsidade ideológica, organização criminosa, fraude ao caráter competitivo de licitação, peculato e lavagem de dinheiro.

Tudo já provado por farto material probatório. Já resultando, inclusive, em 10 prisões preventivas do chamado núcleo econômico-empresarial.

A investigação, Srs. Deputados, teve início fruto de notícias de irregularidades na contratação pelo município de Feira de Santana da cooperativa Coof Saúde, mediante direcionamento de licitações voltadas à contratação de mão de obra no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde daquele município através de contratos superfaturados em seus valores e defeituosamente executados mediante prestação de serviços parciais.

A Secretaria da Saúde, de fato, fingia que fiscalizava os agentes privados e esses agentes privados superfaturavam os serviços e emitiam notas fiscais ideologicamente falsas, que eram validadas pelos agentes políticos da Secretaria da Saúde e da Procuradoria Jurídica do município de Feira de Santana.

O núcleo formado por agentes econômico-financeiros foi desmantelado com prisões temporárias, em seguida transformadas em prisões preventivas, de 10 dos seus participantes, três, inclusive, encontram-se em prisão domiciliar e os sete restantes encontram-se no presídio.

O núcleo político-administrativo ainda não sofreu nenhuma baixa, embora – e quem diz isso é o Ministério Público – o Ministério Público do Estado da Bahia dê conta da participação na organização criminosa da secretária da Saúde, Denise Mascarenhas, e do chefe da procuradoria jurídica do município, Dr. Cleudson Santos Almeida, além de outros funcionários públicos.

E quero dizer ao deputado Pastor Tom, que há pouco falou, contrapondo-se parcialmente contra o que falei, dizer a V. Ex.^a que me aguarde, porque V. Ex.^a vai ver

que ainda é cristão novo e não conhece o deputado Targino Machado. O deputado Targino Machado tem vários defeitos, mas não aponta o dedo contra ninguém se não estiver armado até os dentes, deputado Pastor Tom. E V. Ex.^a, no futuro, há de fazer a minha culpa, minha culpa, se penitenciar, porque, na verdade, esse Dr. Cleudson, além de outras coisas, funcionou concomitantemente como procurador da prefeitura e funcionário de cooperativa.

Aquilo lá, em Feira de Santana, se tornou uma malandragem de cabo a rabo. São cerca de 10 mil contratados em cooperativas, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Já alertei que o risco desses agentes políticos – que ainda não estão condenados, mas já estão com a espada apontada para a cabeça deles – continuarem em pleno exercício dos seus cargos em funções estratégicas é o de destruição de provas, além da continuidade dos crimes.

Eles, se honra tivessem e merecessem defesa desse plenário, deveriam se julgar impedidos de continuar na função. Mesmo que o prefeito não os afastasse, eles deveriam pedir o chapéu e se afastarem do cargo.

O prefeito municipal, Colbert Martins da Silva Filho, baixou portaria em 14 de fevereiro de 2019, criando comissão de sindicância para investigar as denúncias, e deu prazo de 30 dias para a conclusão. Passaram-se 100 dias e não se tem conhecimento de nenhuma conclusão.

A pergunta que não quer calar: por que até o momento a Sr.^a Denise Mascarenhas continua secretária da Saúde do município de Feira de Santana apesar de apontada como participante da organização criminosa que desviou cerca de R\$ 100 milhões da referida secretaria, de sua pasta, bem como o chefe da procuradoria jurídica do município, que deu amparo, segundo o Ministério Público, a todo esse malfeito?

Com a palavra o deputado Pastor Tom, que defende a permanência nos cargos da secretária Denise Mascarenhas e do procurador de Justiça, o chefe da Procuradoria de Justiça. É um direito de V. Ex.^a. Discordo, discordo!

Mas com a palavra o prefeito Colbert Martins. Ou V. Ex.^a adota as providências cabíveis ou vão atribuir a V. Ex.^a o fato de colocar raposa para tomar conta de galinheiro.

Encerro afirmando: estou cumprindo de forma retilínea a minha obrigação. Se esta denúncia fosse contra o secretário da Saúde do Estado da Bahia eu me manifestaria. Então, qual razão tenho para me calar frente a este fato ora em tela?

Não sou cúmplice de malfeito. Quem errou tem que pagar. Não estou aqui para defender bandido. Estou aqui para defender a Bahia e os baianos de malfeitos venham eles de onde vierem.

Não adianta pressão porque não aceito pressão. Não adianta telefonema, mensagem porque não vou me afastar. Na verdade, vou é subir o tom,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) porque 5 meses, 5 meses, 5 meses e até hoje só foram presos as pititingas, as sardinhas. Cadê os tubarões?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, por 5 minutos, o deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, funcionários da imprensa que acompanham aqui, é claro, todos aqueles e aquelas que estão acompanhando a *TV ALBA* neste momento, quero, antes de tudo, falar do principal assunto de que queríamos tratar aqui, nesta tribuna. Não poderia deixar de fazer uma referência, deputada Olívia, à questão do monotrilho na cidade do Salvador. Quero falar rapidamente sobre isso.

O monotrilho é uma polêmica com os movimentos sociais – um forte abraço, aqui, para o Projeto Ver de Trem – e uma polêmica para a sociedade civil organizada e para o próprio Ministério Público. Essa proposta de monotrilho não dialoga com demandas que são históricas em relação ao transporte sobre trilhos em Salvador. A primeira delas é a garantia de que nós não tenhamos um corte dentro da cidade do Salvador do nosso transporte sobre trilhos. Portanto, a garantia de que vamos poder ter um veículo sobre trilhos regional. Essa é a primeira questão.

A segunda, é que esse monotrilho, na verdade, vai funcionar sobre rodas. Então é um problema, pois, não sendo um transporte sobre trilhos, pode encarecer muito o seu funcionamento, inclusive, para a população do Subúrbio Ferroviário.

Por fim, queremos dizer que esse projeto é completamente subterrâneo, porque, a exemplo de outros projetos que estão sendo encampados pelo governo do estado, parece que os chineses mandam em tudo. A ideia do governo é abrir a possibilidade de o grupo chinês dizer tudo o que vai ser esse projeto.

Enfim, há muitos problemas nas sinalizações do seu conteúdo, mas, mais do que isso, há a falta da participação democrática de movimentos consolidados, como o Ver de Trem, e isso cria um impasse muito grande.

Mas eu também ocupo esta tribuna para me pronunciar sobre as declarações do governador Rui Costa em relação ao movimento das universidades estaduais. Ontem, todas as assembleias das universidades estaduais definiram pela permanência da greve. Isso aconteceu porque a proposta apresentada, que careceu até de assinatura do governo, foi uma sinalização entendida – inclusive, a minha baixa fala na mesa de negociação esteve relacionada a isso – como uma iniciativa que tinha a tendência de ser rejeitada pelas assembleias. E foi justamente isso que aconteceu: as assembleias de todas as universidades, por unanimidade, rejeitaram essa proposta.

Infelizmente, posteriormente houve uma declaração do governo que diz que um partido, o Psol, se apropriou da greve das universidades, repetindo o discurso do carlismo, do prefeito ACM Neto, que subestimou a greve das escolas municipais. Agora o governador age desse modo, como se a comunidade universitária não tivesse a capacidade de analisar a sua situação, de ter a sua própria pauta e sua dinâmica de mobilização.

Portanto, me parece um desrespeito enorme atribuir o monopólio da condução de um movimento tão significativo de professores e de estudantes a uma possível

manipulação de um partido político. O Psol não tem esse peso, muito menos essas intenções.

O governador Rui Costa diz ter aprendido que a extrema-esquerda se junta com a direita no método. Eu queria dizer ao governador Rui Costa que o que está colocado, do ponto de vista da observação da sociedade, sobre o posicionamento dele, é a pergunta: qual a sua política para as universidades estaduais, governador?

Rui Costa, você precisa dizer isso, porque abriu os trabalhos desta Assembleia falando de prioridade para as universidades. Mas o que estamos vendo é contingenciamento dos recursos, procedimento tão criticado quando realizado pelo governo federal; é arrocho salarial; é sucateamento da pesquisa e da extensão.

Por fim, o governador declara...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) que as universidades públicas devem abrir a discussão sobre a cobrança de mensalidades.

É esse o recado que a suposta posição de esquerda do governador manda para a sociedade. A sociedade queria que você aprendesse, governador, na sua trajetória de relação com o movimento social, a respeitar o direito de greve. Principalmente a respeitar a importância estratégica das universidades como uma questão de soberania nacional. Por isso as universidades não podem cobrar mensalidade...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) Elas precisam ser públicas e gratuitas para continuar produzindo pesquisa para este país, afirmando os nossos objetivos, como eu disse: soberania popular e soberania nacional.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Jusmari pelo tempo de 5 minutos.

A Sr.^a JUSMARI OLIVEIRA: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero registrar nesta tarde a satisfação que tive ao visitar o município de Oliveira dos Brejinhos, onde realizamos uma importante reunião, que contou com a participação de lideranças comunitárias e partidárias e presidentes de associações, na residência do grande líder e amigo Osmar Mendonça e de sua esposa, D. Edna.

Estiveram presentes o ex-prefeito Silvinho, o ex-prefeito Ferrugem, o ex-vice-prefeito Rubens, os vereadores João Maia, Eduardo, Agaci, Tito, Voca, Paulinho. Enfim, uma reunião importante em que discutimos as prioridades no sentido de ajudar aquele município, que é uma referência regional. Oliveira dos Brejinhos, município que tem um comércio pujante e um povo trabalhador, nos deu uma representação importante para que pudéssemos estar aqui exercendo este mandato de deputada.

Hoje, quero pedir o apoio dos deputados para a indicação que apresento a esta Casa, pois reflete a principal necessidade daquele município, revelada e escolhida

naquela reunião, quando discutimos, como eu disse, diversas questões. Vimos várias ações que devemos desenvolver junto ao governo do estado, junto às instituições, para levar melhoria e qualidade de vida para aquele povo. Essa é a minha intenção e o meu compromisso, como deputada, e também daquelas lideranças que comigo estiveram naquela reunião.

Apresento nesta tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, a indicação ao governo do estado para a implantação do sistema de abastecimento de água da comunidade do Bom Sossego. É a principal comunidade e uma das mais populosas da zona rural do município de Oliveira dos Brejinhos, mas está com um sistema defasado, que não condiz com aquilo que desejamos para a qualidade de vida do povo baiano, muito menos do povo daquele município.

Aquela comunidade hoje é abastecida por uma fonte, uma nascente de água que tem lá. Dissemos na nossa indicação que o ideal é que se construa uma barragem a partir daquela nascente. Mas, se não for assim, que perfurem poço ou poços artesianos, quantos forem necessários, para que supram as necessidades da população, que hoje é constituída por mais de 2 mil habitantes.

Reside lá o nosso querido vereador Paulinho, para quem deixo aqui os meus aplausos, Sr. Presidente, pelo trabalho social que desenvolve junto àquela comunidade, junto àqueles moradores, num projeto social que visa à inclusão dos meninos, das meninas, com atividades esportivas e culturais. Também estavam presentes a essa reunião a presidente e a vice-presidente da associação daquela comunidade. Eles revelaram ali a satisfação que têm por terem a parceria do vereador Paulinho. Um vereador que luta pelo melhor para aquele povo. Ele conta com o nosso apoio.

Portanto, Sr. Presidente, ficam aqui o nosso registro e a nossa gratidão pela acolhida no município de Oliveira dos Brejinhos. E também o nosso desejo de que os colegas possam nos ajudar na luta para fortalecer aquele município.

E registro o nosso agradecimento à família do Sr. Osmar Mendonça, que nos recebeu e nos acolheu naquela reunião muito proveitosa para aquele município. Um grupo político que realmente tem o compromisso de trabalhar pelo melhor e que sempre fez o melhor para aquele povo. Eles se consolidam como os verdadeiros representantes dos anseios, dos desejos e dos sonhos dos moradores e das moradoras do município de Oliveira dos Brejinhos.

Meu muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Veiga): Com a palavra o deputado Robinson Almeida pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, queria demonstrar aqui o meu pesar pelo passamento do ilustre baiano Ildes Ferreira. Natural de Valente, firmou carreira profissional e política no município de Feira de

Santana, onde foi vereador, professor da Universidade Estadual de Feira de Santana e secretário municipal por diversos mandatos. Tive a oportunidade de conviver com ele quando foi secretário estadual de Ciência e Tecnologia, no governo Jaques Wagner. Meus sentimentos à família.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, também quero comemorar os 24 anos da rádio *Andaiá FM*, uma das emissoras mais importantes do grupo baiano de comunicação liderado por Fernando Henrique Chagas e por Dilson Barbosa. Está instalada em Santo Antônio de Jesus e a sua programação tem uma audiência muito expressiva em todo o Recôncavo. Essa rádio, repito, comemora neste mês 24 anos de existência.

Em especial, destaco os profissionais que constroem essa rádio: os locutores Adnoel Sanz, Franklin Monteiro, Ênio Medeiros, Eddy Santhos, Jamile Brasil; os repórteres Tino Alves, Itajaí Pedra Branca, Franklin Monteiro, Antônio Carlos; e os consagrados apresentadores Léo Valente e Lélis Fernandes. Parabéns à *Andaiá* pelos 24 anos. Vida longa a essa importante rádio.

Queria também, Sr. Presidente, fazer dois convites. Primeiro, convido a população de Cruz das Almas para a Feira Cidadã, uma feira de saúde que acontecerá nas próximas quinta-feira e sexta-feira. Um evento importantíssimo conduzido pela Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab), numa parceria com a Prefeitura Municipal, sob a liderança das Voluntárias Sociais.

Acontecerá na Praça Senador Temístocles, no centro de Cruz das Almas, onde serão oferecidos à população serviços de raios X, mamografia, atendimento oftalmológico e odontológico, aferição de pressão arterial, medição de glicemia, atendimento ginecológico preventivo, ultrassonografia, eletrocardiograma, vacinação, testes rápidos de HIV e hepatite B, orientação nutricional e psicológica, práticas corporais e alongamentos, emissão de segunda via do RG, triagem para cirurgia de catarata para pessoas acima de 60 anos.

Então, repito, Cruz das Almas sediará quinta e sexta-feira essa importantíssima feira de saúde.

E agora queria convidar, Sr. Presidente, a população de Feira de Santana para um debate – promovido por mim, pelo deputado federal Zé Neto e pelo vereador Nery – sobre a Micareta daquela cidade, que acontecerá na próxima sexta-feira, dia 24. Queremos discutir esse evento, que é o mais importante de Feira, logo depois da edição de 2019, pois já estamos preocupados com a de 2020.

Queremos fazer um grande debate envolvendo os órgãos que prestam serviços públicos, tanto do governo estadual quanto do municipal, mobilizando os segmentos da sociedade diretamente interessados – comércio, serviços, produtores culturais, blocos carnavalescos, entidades de matriz cultural –, para avaliarmos o que deu certo em 2019. E assim poderemos orientar, num planejamento antecipado, as ações para 2020.

Por último, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quero aqui parabenizar o governador Rui Costa, que ontem assinou um importante instrumento de fortalecimento da nossa economia solidária. Foram editais no valor de R\$ 19 milhões que apoiarão o pequeno artesão, o pequeno produtor – que praticamente vive do que tece com as próprias mãos – em 18 territórios, beneficiando dezenas, centenas de associações e movimentos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que produzem a cultura na Bahia.

Também parabenizo o governador por ter assinado, hoje, o entendimento para a unificação dos dois terminais portuários do Porto Sul, lá no município de Ilhéus. E assim deu um passo importante para viabilizar esse grande empreendimento, que será a exportação do minério de ferro que acontecerá com a conclusão da Ferrovia Oeste-Leste e a construção desses dois terminais – um público e outro privado –, que agora estão unificados no Porto Sul.

Parabéns, governador Rui Costa.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Veiga): Grande Expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito, deputado Rosemberg Pinto, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa, visitantes, venho acompanhando atentamente o cenário nacional e tenho observado que a sociedade brasileira está muito preocupada com a condução que está sendo dada ao país, deputado Robinson, V. Ex.^a que foi deputado federal. A cada dia uma surpresa, a cada dia uma preocupação.

Acabei de conversar com o governador Rui Costa, junto com o presidente desta Casa, Nelson Leal. Ele, que esteve recentemente no exterior, nos dizia que a cada momento que se reunia com representações de outros países, sempre havia uma pergunta ao final: “O que o senhor acha do futuro do Brasil? O que o senhor espera do país neste momento de crise política e econômica?”

Mas a coisa mais concreta que as pessoas enxergam, é a incapacidade do presidente de representar o país na sua institucionalidade, na sua representatividade.

Precisamos estar atentos a essas questões, deputado Targino, porque desconheço uma saída para um problema da economia de um país que não seja pela política. Não tem outra forma, não tem outra solução para os problemas de uma sociedade que não seja através da política. E ontem o presidente Jair Bolsonaro disse, no Rio de Janeiro, que o problema do Brasil são os políticos. Há uma semana, foi a vez de ele questionar o Poder Judiciário.

Ou seja, nós estamos vivendo em um país onde o presidente a cada dia desrespeita a Constituição, a cada dia desrespeita as representações, a cada dia toma uma medida contraditória, desagradando, inclusive, os seus seguidores na época da campanha.

Não podemos ficar apáticos diante dessa questão. Sr. Jair Bolsonaro, o problema do país não são os políticos! É lógico que em qualquer lugar tem gente boa, tem gente diferente. Numa família, nem todos os irmãos são iguais; uns pensam de uma maneira, outros de outra. Mas são os políticos, dentro das suas divergências, das suas diversidades de pensamento, que vão debater e encontrar a saída para os problemas do país. São eles que vão encontrar a saída para os problemas de um governante que não tem a mínima capacidade de presidir o Brasil.

Não podemos permitir esse achincalhe à política brasileira. A *Rede Globo de Televisão*, no intuito de desacredenciar a política, durante muito tempo desacredenciou nos seus telejornais as pessoas e a política. Isso não é bom para a sociedade brasileira. Segundo um cientista político, estamos vivendo num país em que a eleição do Bolsonaro significou uma posição de enfrentamento à política.

Mas verifica-se, efetivamente, que ele não conseguiu resolver o problema da sociedade brasileira. Na verdade, nestes primeiros meses esse presidente só tem batido cabeça e falado besteira, demonstrando que não tem capacidade alguma de dirigir um país desta dimensão.

Agora mesmo, os noticiários do Rio de Janeiro começam a falar que o caso Marielle pode ser a sua pá de cal. São os noticiários de hoje lá no Rio. Obviamente, não sei a origem dessas declarações.

Mas precisamos fazer todos os dias um debate na sociedade sobre a importância da política para a solução dos problemas brasileiros. Não se pode questionar a vontade da população. Aqui, somos 63 deputados; no Congresso Nacional, mais de 500 deputados e mais de 80 senadores. Todos foram escolhidos pela população, com as suas diferenças de pensamento, de interesses, mas que precisam ser respeitados como a representação da sociedade no Parlamento.

O Poder Judiciário não pode ser achincalhado, como o presidente Bolsonaro tem feito. Ele tem tentado jogar a opinião pública contra a política e contra o Poder Judiciário. Não podemos permitir isso. Se ele discorda, que proponha alteração na Constituição. Mas estão na Constituição brasileira as formas de representação da sociedade.

Por isso, faço questão de que a gente possa debater em cada canto este cenário do Brasil: qual o futuro que se espera para todos nós? E cada um de nós tem a responsabilidade de discutir essas questões tanto com os que votaram quanto com os que não votaram no Bolsonaro. Porque esse é um problema da sociedade brasileira.

Deputado Hilton, vi V. Ex.^a levantar uma questão sobre o governador Rui Costa. V. Ex.^a é testemunha de que, seguindo orientação do governador, eu, como Líder do Governo, junto com a deputada Fabíola, presidente da Comissão de Educação, o secretário Jerônimo Almeida, o secretário Góes e o secretário Manoel

Vitório, fizemos diversas reuniões com os docentes das universidades estaduais na tentativa de buscar uma saída para esse movimento.

Eu tenho, assim como o governador, um respeito grandioso pelos servidores e ao direito de manifestação deles. O que sempre coloquei nas reuniões da mesa de negociação – e o governador também, cada um, obviamente, com a sua maneira de falar – é que estamos vivendo um momento na economia baiana que não permite investimentos diferenciados nos servidores, do ponto de vista das suas remunerações.

Mas o governador apresentou uma proposta concreta para os docentes das universidades estaduais, com investimento da ordem de R\$ 36 milhões para a infraestrutura das nossas universidades...

O Sr. Hilton Coelho: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: (...) e um investimento de R\$ 19 milhões para as promoções dos docentes. Além de abrir uma mesa permanente de negociação para debater as reivindicações e os problemas que afligem os docentes e a sociedade acadêmica do estado da Bahia.

Tudo isso que foi colocado é um esforço imenso para que se possa atender, minimamente, algumas questões represadas dos nossos queridos docentes das universidades estaduais.

Mas temos de ter um cuidado muito grande, porque estamos vivendo um problema do ponto de vista da Lei de Responsabilidade Fiscal, e o governador não pode ultrapassar os limites da legislação. Colocamos tudo isso e temos conversado bastante. Evidentemente, respeito a decisão dos docentes, mas o movimento se iniciou exatamente na primeira reunião, quando abrimos as negociações. E V. Ex.^a estava presente a essa reunião.

Acho que talvez tenha faltado naquele momento... e aí é de foro íntimo dos nossos queridos docentes. Pois bem, talvez o tempo que se ficou sem uma mesa de negociação tenha estimulado que esse movimento acontecesse exatamente no momento que estávamos reabrindo as negociações a pedido, inclusive, desta Casa Legislativa. Foi um pedido formulado por V. Ex.^a, por mim, pelos deputados Zé Raimundo – pelo que lembro, ele participou da primeira reunião –, Fabíola Mansur, Robinson, Marcelino Galo, Jacó, enfim, por vários deputados que participaram da primeira reunião.

Então é necessário que a gente tenha sensatez neste momento. Vou dar um aparte a V. Ex.^a, é lógico, e depois vou questionar algumas colocações a respeito do nosso governador, tendo em vista que ele tem feito um esforço imenso para atender às demandas dos diversos servidores. Às vezes, a gente não imagina que é um tratamento personalizado quando a gente faz algum tipo de *card*, algum tipo de manifestação que afronta a pessoa individualmente. É lógico que isso faz com que a gente fique numa condição de recuo em relação a posições públicas.

Então quero reafirmar que o compromisso do governador é respeitar os servidores docentes, respeitando as suas manifestações. Entendemos que este é o

momento que temos mesmo de debater, já que passamos por um problema sério na economia baiana. Mas é natural e vamos buscar um bom termo.

Espero que esta Casa Legislativa, com todas as suas diferenças, possa encontrar, de parte a parte, caminhos para que a gente possa buscar uma saída, porque não interessa a ninguém que os estudantes não possam estar nas universidades em busca de conhecimento. Não interessa aos professores, não interessa ao estado baiano, não interessa a ninguém. Enfim, tenho convicção de que vamos encontrar uma saída para essa questão.

Um aparte, deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: Deputado Rosemberg, primeiro, acho importante que V. Ex.^a faça essa defesa da posição do governo, porque, infelizmente, esse não tem sido o tom do governador Rui Costa na trajetória desse processo de contestação de uma situação da universidade que, a meu ver, é incontornável.

V. Ex.^a fez referência a recursos para investimento na ordem de R\$ 36 milhões, mas isso não representa nem a metade do que o governo contingenciou dos recursos da universidade. São recursos que estão relacionados a custeio e manutenção da universidade. Portanto, não se tem a garantia da possibilidade do próprio funcionamento da universidade em questões básicas, como a do ensino.

Se estendermos isso para pesquisa e extensão, vamos perceber que existe um assenhoramento da comunidade não apenas do que ela é, da sua realidade, mas da sua importância para a sociedade baiana. Uma sociedade tão desigual que precisaria valorizar a sua universidade.

Mas, ao contrário desse espírito, uma proposta foi à categoria. V. Ex.^a talvez se recorde de que fizemos poucas referências a essa proposta na mesa de negociação. Agimos assim porque o Psol não quer representar – ao contrário do que disse o governador – um obstáculo ao avanço das negociações. Por isso fizemos muito pouca referência à proposta. Mas também porque já antecipávamos que, nas assembleias, em cada universidade essa proposta seria rejeitada. Porque em alguns elementos, inclusive, ela trouxe retrocesso, como na questão da dedicação exclusiva.

Então, parece-me que o governador tem de sair desse posicionamento. Até porque – só para concluir, não quero roubar o seu tempo – o governador precisa entender uma manifestação como a que foi feita no dia 15. Aquela presença, especialmente estudantil, nas ruas mostra que a totalidade da comunidade – inclusive aqueles que estariam sendo mais diretamente, digamos, atingidos pela greve – está participando desse processo. A União Nacional do Estudantes (UNE) não convocou a manifestação do dia 30 por acaso. Convocou para a rua porque percebe que existe um fortalecimento do movimento estudantil.

Então, não se trata de um “cardzinho”, como o governador fez referência ao dizer que não vai recuar por causa de um card. Trata-se de um posicionamento muito consciente da comunidade diante da sua situação atual. E deve ser destacada a importância da universidade, que precisa ser levada em consideração se o

governador, de fato, quiser ter coerência com o seu discurso, com o discurso feito nessa tribuna sobre a sua prioridade para a educação.

Muito obrigado.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: O.k., deputado Hilton.

Primeiro, quero dizer que não sei por que V. Ex.^a está... Eu vi a entrevista do governador; ele não citou o Psol. Há na direção do movimento diversas colorações partidárias, inclusive do Partido dos Trabalhadores, que é o partido do governador. Então, não foi algo dirigido ao Psol. Além do mais, há uma interpretação, às vezes, equivocada de determinadas posições. O tempo inteiro se busca uma saída para resolver os problemas.

E nós não podemos confundir o que está acontecendo no plano nacional com o que está acontecendo no plano estadual. Aqui, a cada ano... No ano passado, foi investido 1,4 bilhão nas universidades. E a previsão deste ano é de 1,7 bilhão. E não há nenhum contingenciamento este ano! Se houve algum tipo de contingenciamento em anos anteriores, este ano não houve nenhum tipo de contingenciamento. E isso foi discutido com os reitores durante três reuniões.

Acontece que, também, é necessário, e, aí, eu quero falar que, às vezes, se utilizam de determinadas questões e colocam a pecha – e isso é ruim – a personalização de determinadas posições.

Quanto ao reitor da Universidade Estadual de Feira de Santana, houve a colocação pública de que ele não iria indicar o reitor. Houve uma lista tríplice. E é um direito do governador escolher um dos três da lista tríplice. Há uma tradição. Esta tradição foi a partir do governo do PT! No governo anterior ao PT, foi escolhido, em Feira de Santana, o terceiro lugar, não foi o primeiro lugar! Mas foi uma tradição do nosso partido e do nosso governo escolher o primeiro lugar da lista tríplice para os reitores das universidades.

Acontece que a Universidade de Feira de Santana não mandou a lista tríplice para a Casa Civil, mandou apenas um nome. E, aí, o governador disse: “Olha, eu não posso fazer isso, porque isso é um processo. Ele tem que fazer as correções.” E eu conversei pessoalmente com o reitor. Depois de feitas as correções na sexta-feira, toda a documentação chegou.

Ontem, o governador fez a indicação do reitor que obteve a maior votação, ou seja, o escolhido dentre alunos, professores e servidores. Mas se disse que era uma posição do governador e não era! Foi um erro da própria universidade ao não encaminhar corretamente, o que as outras universidades fizeram.

Isso foi o debate, certo, na comunidade acadêmica. Logicamente, isso deixa chateado qualquer cidadão, porque se você fosse o governador, se eu fosse o governador que imputasse a você uma posição que não é fruto seu, mas, sim, de um equívoco de ponto de vista da documentação que não foi encaminhada... A responsabilidade foi da reitoria da Universidade Estadual de Feira de Santana e não do governador! Mas isso fica na conta do governador! Logicamente, cada um se

chateia quando lhe é imputada uma posição que não lhe pertence. É disso que nós estamos falando.

Talvez, se não fossem essas questões, que são menores, esse movimento já havia acabado, porque são 19 milhões para as promoções dos docentes da universidade para este ano. Não tem nenhuma categoria. A abertura das negociações, para discutir o destravamento das dedicações exclusivas, é um direito dos docentes das universidades. Ou seja, nós estamos abrindo esta discussão.

Eu quero, aqui, neste momento, deputado Zé Raimundo, professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, que a gente encontre caminhos para buscar uma saída, pois esta greve não interessa a nenhum dos setores deste movimento, não interessa aos docentes, aos servidores, muito menos aos alunos, tampouco ao Estado baiano.

A Bahia é o terceiro estado que mais investe em universidades estaduais no país! E a Bahia não é o terceiro estado de maior arrecadação, é o 20% de maior arrecadação per capita! Aliás, repito, aliás, aqui no Nordeste, nós perdemos para quase todos os estados em arrecadação per capita. Mas somos nós quem mais investe em educação no Nordeste brasileiro!

Então é isso que nós precisamos fazer: um debate sensato para apresentar os números, como propus.

Fizemos uma reunião com os secretários das Fazenda, Administração e Educação. Nesse dia, V. Ex.^a não pôde estar e a sua assessoria acabou indo lá. Mas era jornalista. Como a gente havia combinado que não teria participação de jornalista, acabou não ficando. Mas nós fomos para lá. Fizemos uma reunião para apresentar os números, porque, deputado Bobô, quando você está com 47.60 e quando o índice prudencial é 47.80, a sua margem é muito pequena do ponto de vista da responsabilidade fiscal.

E as contas têm de ser feitas na transparência. Acho que, agora, cabe a nós trabalhar, não para jogar gasolina neste momento, mas para jogar água fria, a fim de a gente poder arrefecer os ânimos com o intuito de a gente poder encontrar uma saída negociada, o restabelecimento das discussões e das negociações e buscar a volta à normalidade nas universidades. Assim, a gente pode criar uma mesa de negociação permanente para resolver as pendências, porque eu tenho esta convicção.

Quanto ao governador Rui Costa, eu o conheço há 40 anos, pois fomos companheiros no Sindiquímica no estado da Bahia. Ele, sempre, disse a mim, inclusive, na sua viagem, conversamos diversas vezes. Ele disse a mim para receber todos, conversar com todos, apresentar alternativas, inclusive, com documento assinado por mim e pela deputada Fabíola e validada pela Secretaria de Relações Institucionais, para poder encontrar uma saída negociada para este movimento que não atende a ninguém.

Com isso, deputado Hilton, eu quero zerar esta questão, melhor, zerar isso. A partir de agora, devemos buscar uma saída administrada e pactuada, porque as

universidades estaduais são fundamentais para a geração de conhecimento no estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o representante do Psol para falar ou indicar orador pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. Hilton Coelho: Eu mesmo falarei, Sr. Presidente.

(O deputado Jacó Lula da Silva assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Jacó Lula da Silva): Concedo a palavra ao deputado Hilton Coelho pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Quero dar continuidade a este debate que nós estamos fazendo, pois, a meu ver, é central.

Bom, quanto à primeira coisa, o governo alega estar no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. A primeira coisa é a situação de dificuldade do ponto de vista financeiro e isso precisaria estar em *outdoors* também. Vejam, o que a gente percebe, nos *outdoors*, é todo um discurso de que o governo da Bahia é, praticamente, um exemplo de controle da máquina pública, a ponto, inclusive, de ter reservas. Este é o discurso do governo dado nos *outdoors*.

Inclusive, precisa ser questionado, também, por que uma coisa é publicidade das ações do governo; outra coisa é propaganda.

Salvador virou um mar de propagandas e de autopromoções dos representantes do Executivo. São a prefeitura municipal do Salvador e o governo do estado a fazer propagandas em relação às obras realizadas há 2 ou 3 anos. Dentro desse mar de propagandas, existe a ideia de que o governo pretende fixar não ter problemas do ponto de vista fiscal. Mas mesmo que essa seja a situação limite, contradizendo a propaganda oficial do governo, nós sabemos que o governo tem 25% de margem de manobra no Orçamento.

Todo mundo que é parlamentar... Quando eu estava na Câmara de Vereadores, nós tratamos disso por várias vezes. Ou seja, o governo tem a possibilidade de redefinir prioridades.

A grande questão é a seguinte. Por que as universidades não entraram como prioridade no PPA passado? Por que não entrou na lei orçamentária anual passada?

Quanto ao discurso de não haver contingenciamento, este, também, não é verdadeiro, porque as posições publicizadas foram as de que o governo está fazendo contingenciamento.

Então, quero concluir dizendo existir um programa imediato que o governo precisa responder. Por exemplo, não dá para sair da mesa de negociação sem 1% de correção inflacionária depois de 4 anos de congelamento salarial. Isso não dá.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Com a sua tolerância, Sr. Presidente, eu estou falando de uma demanda imediata assim como outras. Há o próprio funcionamento da universidade. Assim como não dá para sair de uma mesa de negociação sem a garantia de que, em ano de PPA, ou seja, no momento em que o governo vai definir como serão os 4 anos do seu mandato, a universidade não tenha uma prioridade garantida no Orçamento.

É esta a consciência que as universidades têm. Por isso, eles aprovaram a continuidade da greve, mas com toda abertura para discutir com o governo. Eu acho esta a saída. O governo não deveria nem esperar a mobilização, com certeza, gigantesca, no próximo dia 30, para pôr fim a este processo de beligerância com as universidades estaduais.

O Sr. PRESIDENTE (Jacó Lula da Silva): Obrigado, deputado Hilton.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Jacó Lula da Silva): Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Robinson Almeida Lula: O tempo será ocupado pelo deputado Robinho.

O Sr. PRESIDENTE (Jacó Lula da Silva): Concedo a palavra ao deputado Robinho.

O Sr. ROBINHO: Boa tarde a todos.

Colegas, presidente Jacó, imprensa presente, eu quero, nesta primeira parte das minhas palavras, agradecer a presença da grande liderança política, Igor Jatobá, da cidade de Saúde. Igor Jatobá nos apoiou na cidade de Saúde e nos deu uma votação expressiva.

Igor esteve em meu gabinete falando da situação de dificuldade da BA-131, sobre a qual já fiz um ofício ao governador pedindo para o governador dar uma atenção para a situação da BA-131 de Jacobina, Caém e Saúde. Então, está aqui o manifesto daquela liderança. Igor Jatobá está preocupado com a situação da BA-131.

Também, quero aproveitar esta oportunidade para falar da falta de segurança do Extremo Sul. Eu estive com o comandante geral Anselmo Brandão, a quem quero agradecer, em público, a atenção que ele tem dado, a receptividade que o comandante Anselmo Brandão tem, não só para comigo, mas, também, para os colegas deputados.

Anselmo Brandão tem feito um excelente trabalho à frente do comando do estado da Bahia. Eu estava conversando com o nosso comandante e falando das nossas prioridades e das dificuldades no Extremo Sul. Teixeira de Freitas, precisamente, é uma cidade que tem crescido e crescido muito, pois sua população chega, hoje, próximo ao número de 180 mil habitantes, e conseguiu a marca triste de ser a sétima cidade mais violenta do Brasil.

Quero aproveitar a oportunidade desta marca triste, desta marca deprimente, para pedir, ao governador, a criação de um batalhão da regional Teixeira de Freitas. Lá, em Teixeira de Freitas, existia um batalhão. E o batalhão de Teixeira de Freitas

foi transformado em batalhão-escola que atende a toda Bahia. Afinal de contas, ali, são formados policiais, pessoas que vão atender à segurança do nosso estado. E, com a transformação do batalhão da região de Teixeira de Freitas em batalhão-escola, a cidade e a região perderam na sua segurança.

Há outra coisa que nós queremos pedir ao governador: que o comando do Extremo Sul, de Teixeira de Freitas até Mucuri, uma vasta região, aproximadamente 600 quilômetros, seja dividido, pelo menos, em duas áreas, quais sejam, o comando do Extremo Sul e o comando do Sul. Assim, poderemos minimizar os problemas da segurança que nós temos naquela região de Teixeira de Freitas, pois, assim, ela deixará de ser a sétima cidade mais violenta do Brasil e sairá desta triste marca.

Quanto a Porto Seguro, esta é a segunda mais violenta. Espera-se que o município possa sair desta triste marca e assumir uma marca interessante. Porto Seguro é a cidade mais importante do turismo da Bahia, a cidade com o maior número de leitos, em hotelaria, na Bahia.

Então, nós queremos enxergar Porto Seguro como a cidade de polo turístico. Nós queremos enxergar Teixeira de Freitas como a cidade da pecuária, a cidade da agricultura, a cidade da melancia, a cidade das plantações de cana-de-açúcar, da diversidade, da agricultura e da pecuária que tem, ali, no Extremo Sul, na cidade polo Teixeira de Freitas.

Quero falar um pouco, também, de uma história de vida na questão da política onde eu comecei, na minha cidade, Nova Viçosa. Nós vivemos um momento muito triste na cidade de Nova Viçosa pela questão da atual gestão, pois há um descaso da administração na cidade de Nova Viçosa. Aí, aí vem muitos questionamentos políticos. Eu quero dizer...

Uns dizem para mim: “Deputado, por que o senhor não toma uma atitude para tirar esse prefeito da administração?”

Eu quero responder às pessoas que eu fui eleito para ser legislador. Eu não tenho o poder da justiça ou o poder do Judiciário. Então, muitas pessoas querem que o deputado resolva. Se eu tivesse o poder de resolver o problema do gestor, de tirar o gestor de Nova Viçosa, eu tinha resolvido nas eleições, quando minha esposa foi candidata e perdeu as eleições. Então, eu não tenho poder do Judiciário.

Também, não tenho o poder do Executivo onde, com a força política do governador Rui Costa, com o apoio do deputado federal, eu sou parceiro político. Através das suas emendas, nós colocamos, no primeiro mandato, investimentos em Nova Viçosa. Foram mais de 14 milhões em investimentos, mesmo tendo um prefeito adversário político. Mas quem executa os investimentos oriundos de emenda parlamentar e de convênios é o gestor municipal. Então, o deputado não é Executivo também.

Eu quero responder às pessoas que vêm criticando o deputado Robinho ao dizer que se tornou deputado e não tira o prefeito. Eu não sou Judiciário para tirar o prefeito que não executa as obras. Não sou, também, Executivo para executar os

convênios e as emendas parlamentares que foram para aquele município. Muitos investimentos foram e, ao chegar, eles somem.

Por fim, algumas pessoas vêm criticando o deputado Robinho. Essas críticas são de pessoas da oposição. As críticas são com relação à empresa Suzano Papel e Celulose. Esta empresa Suzano Papel e Celulose, ultimamente, comprou a Fibria. Já era uma grande empresa e se tornou a maior empresa de celulose do Brasil. E, aí, a Suzano está fazendo as suas adequações e demitindo pessoas.

A Suzano, também, está enfrentando uma dificuldade grande. Hoje eu liguei para um dos diretores da empresa. A Suzano tinha um contrato com a China de vender, praticamente, 30% da sua produção de celulose. E a China parou a compra ao vencer o contrato, ou seja, não renovou o contrato de compra e a venda.

Então, a Suzano está com um estoque de celulose de 6 meses no pátio. A empresa está sem vender a sua produção, melhor, a empresa diminuiu a venda da sua produção. Também, diminuiu o corte. Isso é natural. Se diminuiu a produção, diminuiu, também, a compra da matéria prima. Então, os fomentados e os fornecedores não estão, praticamente, também, vendendo o eucalipto para a transformação em celulose.

Então nós vivemos uma crise no país. No país, nós vivemos uma crise política, uma crise moral e, também, uma crise financeira. O desemprego não é só na região de Nova Viçosa onde algumas pessoas vêm criticando: “Deputado, por que não traz empresa?” O deputado é legislador, mas não interfere nas decisões de uma empresa privada.

Então eu perdoo a ignorância de certas críticas políticas, de alguém que, com certeza, é adversário político. Peço aos adversários cobrar do deputado a atuação no Legislativo, pois este é o compromisso que eu tenho com a Bahia e com as pessoas que me deram oportunidade e renovaram meu mandato para estar pedindo ao governador, fiscalizando, cobrando melhorias para a Bahia dentro possível e de maneira notável para nós melhorarmos a vida dos baianos e da nossa Bahia.

Um abraço a todos!

Que Deus nos abençoe.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Jacó Lula da Silva): Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar PSDB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente, pelo Bloco PSDB/PSC, falarão o deputado Tiago Correia por 5 minutos e, em seguida, o deputado Alan Sanches por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Jacó Lula da Silva): Então, com a palavra o deputado Tiago Correia pelo tempo de 5 minutos, e o deputado Alan, pelo restante do tempo.

O Sr. TIAGO CORREIA: Boa tarde a todos. Boa tarde, Sr. Presidente, nobres colegas e imprensa que nos acompanha.

Sr. Presidente, vou aproveitar logo o início da minha fala para reforçar o convite da visita que a Comissão de Defesa do Consumidor fará ao Aeroporto Internacional de Salvador na próxima quinta-feira, às 10 horas.

Inclusive, encaminhei ofício a todos os deputados, porque a Polícia Federal pede que nós encaminhemos os nomes com o CPF de quem irá fazer a visita, porque, para adentrar à pista onde estão acontecendo as obras, precisa ter esse controle da Polícia Federal. Então eu quero reforçar o pedido, pois, até o momento, apenas, os deputados Júnior Muniz, Marcelo Veiga, Paulo Câmera, Fabíola Mansur e Alden encaminharam os seus dados. Então, reforço o pedido, pois se mais algum deputado quiser acompanhar a visita da comissão, encaminhe, ainda hoje à tarde, para nós podermos remeter as informações à empresa Vinci.

Gostaria, também, de aproveitar o momento para parabenizar o deputado federal Cacá Leão pela indicação do Sr. Leonardo Ramacciotti Miranda como o novo chefe de gabinete da Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento, pois ele já vinha fazendo um belíssimo trabalho na coordenadoria do Programa Água Para Todos. Bem, quem ganha é o estado da Bahia com um quadro qualificado que, com certeza, irá contribuir muito.

Gostaria de informar, também, que, hoje, na audiência da Comissão de Orçamento desta Casa, estive o presidente da Desenhahia, Sr. Francisco Miranda, apresentando o projeto de lei que está com pedido de vista nesta Casa que propõe a reavaliação dos créditos e empréstimos concedidos, inclusive, desde a época do Baneb.

Naquele momento, encaminhei uma solicitação verbal ao Sr. Francisco Miranda para a ampliação dos limites de crédito concedidos à agropecuária, visto que a Desenhahia realiza um papel importante de fomento aos investimentos em nosso estado e a agricultura está contemplada de forma muito pequena. Ele, prontamente, se colocou disposto para analisar este pedido e nós vamos, inclusive, formalizá-lo.

Falando em agricultura, Sr. Presidente, eu trago, hoje, a nota técnica n.º 5, do governo do Piauí, informando que foi detectado, ontem, em 20 de maio, mais seis focos da peste suína clássica naquele estado. Sabe-se que, no mês passado, o Piauí decretou estado de emergência por conta da peste suína clássica. Esta peste suína clássica vem dizimando rebanhos de suínos na China, o maior consumidor de carne suína.

Vale ressaltar que a produção de carne suína brasileira, em um ano, é o que a China consome em um mês. E a Bahia está preste a perder a capacidade de exportar para China, justamente, por um estado vizinho já ter detectado a peste suína.

Enquanto nós vemos a Adagro, em Pernambuco, intensificar as fiscalizações nas divisas do seu estado, as nossas divisas baianas estão, totalmente, descobertas justamente pelo poder de ação diminuto que a Agência de Defesa Agropecuária da Bahia, Adab, tem, hoje, justamente, pelo seu sucateamento que vem ocorrendo há anos. E a Adab, hoje, não tem condições de prestar um serviço que a Bahia merece. A

Adab já esteve entre as primeiras agências de defesa do país e, recentemente, ao final de 2017, ela foi classificada como a penúltima Agência de Defesa Agropecuária.

Então, ressalto que já entramos com uma ADIn contra o decreto do governador que muda a estrutura da Adab. Hoje, estaremos dando entrada, no Ministério Público, em uma representação, justamente, pela preocupação da entrada de doenças como a peste suína e o mormo que rondam o nosso estado. O mormo foi diagnosticado na região de Ilhéus há 2 anos e meio, aproximadamente. Em 8 de agosto de 2017, foi o último caso. Sabemos que quando alcançarmos 3 anos, a Bahia vai poder pedir área livre de mormo.

Mas as divisas do nosso estado estão desprotegidas em relação às entradas de doenças como a peste suína e o mormo. Qualquer uma dessas doenças pode entrar a qualquer momento tendo em vista, inclusive, o silêncio epidemiológico que existe, o silêncio sanitário no Norte do nosso estado, não porque lá não existe doença, Sr. Presidente, mas porque existe a falta da fiscalização, a falta da realização de exames. Então, hoje, a Adab perdeu o poder de fazer o seu papel que é cuidar da saúde dos animais, da saúde das plantas e da saúde humana.

Então, nós somos contra esse decreto, não pelo mérito, mas pela forma. Não poderia ter sido através de decreto. Tem que ser através de projeto de lei que vai ser, sim, debatido nesta Casa, com todos os deputados e com as entidades de classe envolvidas que, com certeza, irão contribuir para a Adab voltar a ser o que ela já foi um dia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Jacó Lula da Silva): Com a palavra o deputado Alan pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES: Boa tarde.

Quero saudar o presidente Jacó, querido amigo, pois tenho construído amizade neste Parlamento durante esta nova legislatura, Jacó.

Deputados e deputadas presentes, demais cidadãos que nos assistem por diversos canais, primeiro, quero pedir, antecipadamente, desculpas pelo pronunciamento que vou fazer um pouco chamando atenção de V. Ex.^{as}. Eu estive no Ministério Público. Deputado José Raimundo, sei que V. Ex.^a está com os olhos para baixo, mas está prestando atenção; o deputado Hilton, também.

Eu acho que já passou do momento, porque esta Casa precisa se posicionar em relação ao Planserv. Já foram realizadas, deputado Bobô Raimundo Nonato, mais de 10 reuniões com o Planserv. E esta Casa, aqui, não sobe à tribuna, não se reúne para a gente poder resolver um problema desta gravidade. Deputado Alan Castro, V. Ex.^a, também, como médico, não pode estar concordando com a forma aviltante que o governador tem tratado a categoria médica.

Nós estivemos, agora, numa reunião com diversas cooperativas médicas, lá, no Ministério Público. Os relatos são, extremamente, absurdos, deputado Alan Castro. Alguns honorários são pagos. Eu vou dar um exemplo, deputado Zé Raimundo. Vejam, R\$ 0,30 são pagos por um auxílio em um procedimento urológico, repito, R\$ 0,30, repito mais uma vez, R\$ 0,30! Mas existem valores maiores que são pagos! Vejam, R\$ 4,00 são pagos para um auxílio de um procedimento urológico; R\$ 5,00, para um auxílio. Mas a gente, também, pode falar de cirurgias maiores como para toda uma equipe, pois o valor de R\$ 160,00.

Nós não podemos acreditar que homens e mulheres, representantes desta Casa, possam concordar com isso!

E quais são as opções que nós temos enquanto médicos? O que nós queremos? Primeiro, que o Planserv... Tudo começou com a empresa Qualirede. Ela veio para consertar o problema, mas ela só piorou. Ela abocanha R\$ 7 milhões por mês, repito, por mês, do nosso Orçamento, aqui, na Bahia. Ela só fez piorar.

Os relatos que eu posso trazer para V. Ex.^{as} são, extremamente, absurdos. Eu falo fora da coloração partidária. Eu falo por conhecimento da causa médica. Nós não podemos conceber que o governador e os seus secretários da Administração e da Saúde, conhecedores da categoria médica, não possam se sensibilizar para resolver este problema.

Os médicos vão sobreviver sem Planserv.

Mas será que o servidor e o paciente vão sobreviver sem o Planserv?

Eu não tenho visto, nesta Casa, aqui, os 62 deputados falarem a respeito! Me perdoem se alguém está nesta luta! Eu não tenho ouvido, aqui, a voz de nem um dos senhores e das senhoras para a gente poder, de alguma forma, resolver o problema do Planserv. Ao resolver o problema do Planserv, estaremos resolvendo o problema da saúde assistencial dos nossos servidores!

O Sr. Hilton Coelho: Um aparte, deputado Alan.

O Sr. ALAN SANCHES: Eu não ouvi quem pediu.

O Sr. Hilton Coelho: Um aparte, deputado Alan. Quem pede é o deputado Hilton.

O Sr. ALAN SANCHES: Com o aparte o deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: Bom, claro, esta é uma situação, realmente, insustentável. V. Ex.^a pode não ter percebido até porque as nossas falas são modestas. Mas nós já fizemos diversas intervenções. Ocupamos, diversas vezes, esta tribuna para falar da crise do Planserv. Não entra na nossa cabeça como meio milhão de vidas ou de contribuições certas e estáveis possam gerar uma situação de uma crise deste tamanho.

Ao nosso ver, seria necessário, inclusive, aprovar uma CPI do Planserv, porque esta Casa se envolvesse a ponto de fazer uma investigação detalhada sobre a situação do Planserv...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para que ela possa apontar alternativas para essa situação que ao meu ver é realmente insustentável.

O Sr. ALAN SANCHES: Deputado Hilton Coelho. Eu vou absorver e incorporar o aparte de V. Ex.^a e lhe faço esse desafio que tenho certeza já está aceito. Vou fazer estudo junto com a nossa bancada, somos 18, V. Ex.^a será o 19º a assinar essa CPI do Planserv. Não é possível, não é possível, que o Sr. Governador cuja vida foi criada dentro de um sindicato, nas discussões, não possa sentar com a categoria e fazer justiça. O que se precisa é o que foi feito com a cooperativa de anestesiistas, com a sua tolerância, Sr. Presidente, Copaneste...

O Sr. Hilton Coelho: Um aparte, deputado Alan.

O Sr. ALAN SANCHES: (...) a gente possa fazer também com todos os médicos que prestam serviço ao Planserv.

O Sr. Hilton Coelho: Um aparte deputado Alan. Só para concluir, rapidamente, Sr. Presidente, nós já fizemos nessa tribuna uma proposta de CPI do Planserv. Então, esse desafio, realmente já está respondido e eu acho que deve ser uma coisa abraçada por todos os parlamentares como V. Ex.^a observou aí, e ao meu ver não existe um outro caminho que não seja nós realizarmos e, instalarmos essa CPI. Não apenas aprovarmos, mas instalarmos essa CPI.

O Sr. PRESIDENTE (Jacó Lula da Silva): Concluindo, deputado!

O Sr. ALAN SANCHES: Obrigado deputado. Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador, nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Jacó Lula da Silva): Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria, ou Líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Sr. Presidente, o tempo será dividido igualmente entre os deputados Ivana Bastas e o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. PRESIDENTE (Jacó Lula da Silva): Com a palavra, a deputada Ivana Bastos pelo tempo de 6 minutos.

A Sr.^a IVANA BASTOS: Meu caro Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, eu gostaria de registrar, aqui, os aniversários de três cidades muito especiais, que foram na semana passada. O aniversário da cidade de Seabra, 130 anos. Seabra é uma cidade da Chapada Diamantina onde a gente tem um grupo político, um grupo liderado pelo presidente da Câmara, o vereador Marcus Mota, onde a gente faz um trabalho e eu tive a satisfação de ser a segunda deputada mais votada ali do município, então, eu gostaria de parabenizar toda Seabra, desejar muito sucesso e colocar o nosso mandato sempre à disposição ali do município.

Falar também de Mucugê, Chapada Diamantina, que no último dia 17 de maio completou 179 anos de emancipação política. Mucugê sob a administração do prefeito Manuel Luz e do nosso vice Luizinho, onde temos tido uma participação

muito grande. Mucugê é um município que não tem como você não se apaixonar, não tem como não se apaixonar. Um município onde a cultura exala e ali nós temos muita festa tradicional, temos o festival de forró da Chapada Diamantina que hoje já é uma tradição em Mucugê. Colocar inteiramente à disposição o nosso mandato, tive o prazer de ser a deputada mais votada daquele município.

Falando em aniversário, temos que falar de Palmas de Monte Alto. Palmas de Monte Alto já fica aqui no Sudoeste da Bahia e no último dia 19 de maio fez 179 anos. Palmas de Monte Alto onde eu também fui a deputada mais votada, no último sábado comemoramos o aniversário e o deputado Zé Raimundo estava lá também, 5.800 votos, Zé. Deputado Zé Raimundo esteve lá, quando o prefeito Manoel Rubens, toda a população festejou no Parque de Vaquejada, onde temos, assim, uma tradicional festa de vaquejada.

Palmas de Monte Alto é um município onde temos um trabalho forte; onde, através agora do governo Rui Costa, nós conseguimos o acesso asfáltico ao distrito de Rancho das Mães, a Pinga Fogo, onde tivemos diversas obras de energia, do Luz para Todos. É um município onde a gente tem tido uma gestão positiva, uma administração que nos orgulha de trabalhar por aquele município. Então, eu quero continuar aí o nosso mandato inteiramente à disposição desses municípios.

E falando ali na região Sudoeste, eu não poderia deixar de falar do município do Iuiú. Iuiú é um município que fica praticamente às margens do São Francisco, e já foi o maior produtor de algodão da Bahia. Aquele município sofreu com o bico, onde a falta de emprego e a dificuldade têm sido muito grandes. Para a nossa alegria, Iuiú, há dois anos, iniciou um plantio de minipepinos através da Hemmer Alimentos, que é uma empresa de Santa Catarina. Iniciamos a lavoura do pepino com 210 empregos diretos, que gerou no município, em 2017, cerca de R\$ 1 milhão de reais. Em 2018, pulou para 750 empregos diretos e movimentou R\$ 3,5 milhões e a estimativa deste ano é faturar cerca R\$ 5 milhões e gerar mais de 1.050 empregos, onde a agricultura familiar predomina.

Para a nossa alegria, a Hemmer Alimentos manifestou interesse de implantar aqui na Bahia uma indústria, que seria no município do Iuiú. Estivemos na SDE, na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, já conversando com os técnicos, já vendo os incentivos, para que a indústria vá para o município do Iuiú. Estivemos também, na época, visitando o governador em exercício, Nelson Leal, que é um projeto que eu acredito que será um projeto não só dali de Iuiú, como de toda aquela região Sudoeste. A estimativa para quando a fábrica da Hemmer chegar ali é gerar cerca de 5 mil empregos diretos no campo, onde será plantado o minipepino e três a quatro tipos de pimenta, e aí vem a cadeia sucessória de buscar mais coisas para essa indústria.

Também estivemos agora, no último sábado, no município de Palmeiras, juntamente com o senador Otto Alencar, com o deputado federal Otto Filho, entregando diversas obras. Palmeiras que fica na Chapada Diamantina, onde, na última segunda-feira, Jacó, nós tivemos a alegria de já ver publicado no Diário Oficial do Estado a ponte do Capão. O Capão que é um distrito onde o turismo prevalece ali na Chapada Diamantina. Então, o governo do estado fez esse

compromisso com o nosso prefeito Ricardo, com o nosso grupo político, a ponte do Capão, a sua homologação já foi publicada no Diário Oficial.

Cumprimentar também o município de Iraquara, onde nós tivemos a filiação do vice-prefeito Nino Coutinho ao PSD, que Nino seja bem-vindo ao partido e bons frutos, com certeza, o esperam naquele município.

E falar rapidamente aqui da nossa alegria, da nossa alegria de hoje estar com o governador Rui Costa e ver...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a assinatura pela Bamin e o governo do estado do termo de unificação do Porto Sul. Não há ferrovia sem porto, não há porto sem ferrovia e vemos aí a realidade, uma obra que nós discutimos tanto, que nós brigamos tanto nesta Casa se tornando realidade.

Então, hoje nós teremos um terminal privativo, um terminal público e privado, que é da Bamin e do governo do estado, que deve estar iniciando, deputado Fabrício, agora no início do segundo semestre, a previsão é para 3 anos. A ferrovia com dois termina e eu acho que ainda neste nosso mandato vamos estar vendo a Ferrovia Oeste-Leste levar nossas cargas, levar nosso minério, nosso ferro para o mundo através do nosso Porto Sul.

Muito obrigada e um abraço a todos.

O Sr. PRESIDENTE (Jacó Lula da Silva): Agradeço a nobre deputada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. ADOLFO MENEZES: Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos numa democracia, é natural que cada um defenda...

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem, presidente. V. Ex.^a deu o horário ao deputado... Era ele o do momento? Porque depois eu vou querer fazer uma questão de ordem, em respeito a V. Ex.^a.

O Sr. PRESIDENTE (Jacó Lula da Silva): Pronto, por favor, zerem aí.

O Sr. ADOLFO MENEZES: Então, por favor, zerem o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Jacó Lula da Silva): Pelo tempo de 6 minutos, Adolfo.

O Sr. ADOLFO MENEZES: Na democracia, cada um tem o seu ponto de vista, deputado Rosemberg. Eu ouvi aqui, veja como é difícil! Mas repito: isso é a democracia, professor Zé Raimundo. Eu ouvi aqui o caro amigo, deputado Hilton, criticar o governador Rui Costa. Veja como é difícil criticar o governador Rui Costa, porque o governador Rui Costa, deputado Hilton, é um homem diferenciado. Quando ele disse que não é justo que alunos que estudaram na iniciativa privada, em colégios particulares, não venham, quando cursar a universidade, que hoje é gratuita, a pagar. O que eu entendi, eu acredito que todo mundo ou quase todo mundo entendeu, é que o governador deu uma posição clara, deputado Targino: que não é justo que famílias abastadas, os seus filhos estudem sem pagar em uma universidade que hoje é estadual ou federal. Coisas que acontecem em outros países, porque esses têm condição de

pagar, têm mais condição, têm mais verbas para bancar aqueles que não podem pagar, que é a maioria do povo brasileiro.

Então, é por isso que o governador Rui Costa se sobressai, pelas posições claras! Um governador que diz que é favorável à reforma da Previdência! É claro que não é favorável à capitalização, não é favorável ao benefício continuado, não é favorável a prejudicar os mais pobres. Agora, a fazer as mudanças, o governador é. Até porque ele é consciente, o governador Rui Costa não joga para a plateia!

É por isso que este país chegou aonde chegou! Esta tragédia que está acontecendo! Governantes que jogavam para a plateia... se transformou nesta anarquia, onde a receita absurda dos impostos, a mais alta carga do mundo...

O Sr. Hilton Coelho: Um aparte, deputado Adolfo.

O Sr. ADOLFO MENEZES: (...) só para pagar a máquina! Não tem dinheiro para infraestrutura, não tem dinheiro para as pesquisas nas universidades. Então, o governador Rui Costa é um homem diferenciado.

É claro, já repeti aqui que o governador, se ele pudesse, pagava o que os professores reivindicam, porque ele sabe perfeitamente que é na educação que está a base, o motor de tudo, deputado Bobô. Agora, governar não é fácil, você tem que governar com o que você dispõe, com o orçamento que você tem e o governador, deputado Alan... é claro que podem existir falhas, como existem, mas a Bahia nos últimos anos foi o estado que mais investiu na saúde. O governador que está trazendo as policlínicas. O governador, junto com o ex-governador Jaques Wagner, que fez diversos hospitais na Bahia inteira, agora, a população cresce em progressão geométrica. Nós temos fila para atendimento, a regulação melhorou...

O Sr. Hilton Coelho: Com o aparte, deputado Adolfo.

O Sr. ADOLFO MENEZES: (...) mas tem filas.

Deputado Hilton, é porque o meu tempo é um pouco curto, mas teria o maior prazer em ouvir V. Ex.^a.

Então, é claro que ninguém aqui está dizendo que não falta nada na Bahia, que nós não temos os problemas na saúde, na educação, na segurança, nas estradas. Agora dificilmente na situação em que a Bahia se encontra, sendo retaliada pelo governo federal desde o presidente Michel Temer, outro governador faria o que esse grande governador está fazendo. Não estou aqui para puxar saco, que não é do meu feitio, estou aqui reconhecendo, até porque seria um absurdo eu não reconhecer, porque milhões de habitantes da Bahia reconheceram há pouco tempo, quando lhe deram, depois de 4 anos, depois de todas essas falhas, mas é claro com muito mais acertos, a maior votação da história das eleições, não foi à toa.

E quando o governador diz, deputado Rosemberg, que é a favor da Previdência, claro, com várias mudanças, é porque a Previdência dos servidores da Bahia, deputado Hilton, está quebrada. Ou é mentira? Ou é mentira que a Bahia tirou R\$ 5 milhões dos hospitais, ou do Planserv, ou de estradas, ou de educação para complementar o pagamento de pensionistas e aposentados do Funprev da Bahia, ou será que são mentirosos esses dados? Quase R\$ 5 milhões. E será que os analistas do

Brasil, será que os jornais do Brasil estão todos mentindo quando dizem que em quase todos os estados do Brasil as Previdências estão quebradas?

E aí nós vamos fazer o quê? O Congresso vai fazer o quê? Está aí a atividade econômica cada dia caindo, investidores ficando longe, que ninguém vai colocar dinheiro aqui numa balbúrdia dessa que está acontecendo aqui no país. É a triste realidade. Então, tem falhas? Tem. Agora o governador é um homem consciente e técnico como nenhum que outro passou! O governador que todos os dias passa olhando dado por dado para poder, pelo menos, pagar o salário em dia, como ele fez nesses 4 anos e 4 meses...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e ainda conseguiu investir bilhões de reais em toda a Bahia, claro, em um estado do tamanho do nosso, e todos nós somos sabedores do que precisa ainda ser feito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PSL/PRB/MDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Pois não, V. Ex.^a.

O Sr. Targino Machado: Falarão no tempo do Bloco Parlamentar PSL/PRB/MDB os deputados José de Arimateia e Pastor Tom. Eles dividirão o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com a palavra, o pastor José de Arimateia pelo tempo de até 5 minutos, logo após o deputado Pastor Tom.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, *TV ALBA*, que transmite esta sessão ordinária, eu venho a esta tribuna, Sr. Presidente... nestes últimos dias foi divulgado na imprensa... Aliás, na última semana os jornais noticiaram que moradores de sete bairros de Salvador e dois de Lauro de Freitas tiveram ardência nos olhos e nas narinas, coceira no corpo e sentiram forte cheiro de cloro ao entrarem em contato com a água que saía das suas torneiras. Estou falando isso aqui, porque recebi, como presidente da Comissão de Meio Ambiente, uma cobrança da população sobre se a comissão está ciente da situação.

A Embasa alegou que a composição da água bruta captada pelas empresas nos mananciais de Salvador foi alterada com as chuvas, por isso foi necessário realizar ajustes no processo de tratamento que resultaram em alterações temporárias nas características da água distribuída em alguns pontos do sistema, disse ainda que essas alterações não representam risco à saúde pública, palavras da Embasa.

No mês de março, conforme relatei aqui, este deputado nesta tribuna, moradores da Fazenda Coutos III foram até o meu gabinete com uma amostra em mãos denunciar a água suja e escura que estava caindo das torneiras daquele bairro. Eles já tinham reclamado cinco vezes com a Embasa sem retorno, mais uma reclamação.

Como presidente da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Hídricos desta Casa e defensor da saúde, eu continuo atento à qualidade das nossas águas e de olhos bem abertos para os serviços prestados ao povo pela Embasa. O povo precisa de água limpa e eu vou continuar cobrando da Embasa. Só que, Sr. Presidente, eu gostaria de acrescentar aqui, eu tinha feito esse rascunho, que essas explicações que a Embasa nos deu, que deu à imprensa não justificam um problema atrás do outro com a Embasa. Eu não sei o que está acontecendo, o governo do estado tem que rever essa situação. Como é que, por causa de uma chuva, segundo disse a Embasa, cai, modifica todo o tratamento da água? Será que foram os funcionários que se aposentaram e botaram outros funcionários? Enfim, ninguém sabe! Então, essa justificativa realmente está mal explicada pela própria Embasa. A Embasa tem de reconhecer os seus erros que são constantes, não podem ser na Fazenda Coutos... Eu mostrei aqui no plenário a água, nem um animal conseguiria beber aquela água, imaginem um ser humano.

Então, eu quero aqui, mais uma vez, pedir ao governo do estado que faça realmente com que a Embasa venha esclarecer a real situação. O que está acontecendo? Por que isso?

Ontem, mesmo, eu estive na cidade de Mirantes, visitando a Barragem de Cipó. Lá a água que a população está bebendo da barragem... a Embasa está fazendo um tratamento... tudo bem... está tudo funcionando normalmente. Imaginem se a chuva estivesse causando esse problema em todo o estado da Bahia, porque a Barragem de Cipó, que eu visitei ontem, a água que é recebida pela barragem é exatamente da chuva e a população...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de lá não teve esse tipo de problema de coceira, de ardor, como diz aqui: ardência nos olhos e nas narinas, coceira pelo corpo... Por que só em Salvador está acontecendo isso?

Então, fica com a resposta a Embasa, a explicação realmente precisa ser de fato e de verdade, falando sério para a população para que ela não seja penalizada, mais uma vez.

Era isso que gostaria de registrar, Sr. Presidente...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) como presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Registrado, nobre deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com a palavra, o nobre Pastor Tom, esse grande deputado querido.

O Sr. PASTOR TOM: Inicialmente, quero dar boa tarde a todos e cumprimentar o presidente em exercício, deputado Fabrício, cumprimentar os demais deputados aqui, deputadas e dizer que uso esta tribuna neste segundo momento, deputado Diego Coronel, para trazer um assunto, acho que de grande importância para a Bahia.

Na semana passada, eu falei aqui do descaso das promoções dos policiais militares, eu entrei nessa Polícia há 20 e tantos anos e encontrei um coordenador que foi meu coordenador, na época tenente. Nesse tempo que passou, ele virou capitão, virou major e hoje tenente-coronel e eu não saí de cabo, de soldado para cabo. E fui procurar o porquê desse descaso, dessa falta de respeito com os praças da Bahia, porque são os praças que estão realmente na frente dos ataques, que vêm realmente defendendo a sociedade. Nada contra as promoções dos oficiais, muito pelo contrário, têm que ser respeitados e valorizados. Agora, o que não posso entender, é que nesse mesmo tempo, um oficial é promovido três vezes e o praça apenas uma vez.

Eu ouvi hoje que o Ministério Público instaurou um inquérito para investigar por que as promoções não estão acontecendo como têm que acontecer. Inclusive, hoje eu tive a oportunidade de entrar em contato com um colega em Minas Gerais, estamos tentando trazer o projeto que foi apresentado lá, porque lá os policiais são valorizados, o soldado quando pula para cabo vai em um determinado momento, num ano de prestação de serviços e tem que ser assim, até para valorizar a mão de obra.

Você vê que nessa última promoção, teve oficiais, também, que tomaram o velho capote, a velha bola nas costas, aquelas pessoas que têm um cadastro bem maior... chegou outro lá, amigo do governador, amigo de quem de direito e deu um capote, deu um a zero. Aí, o cara sofre, rapaz, fica sofrendo. Aí, liga para a gente: “Ô, Deputado, fala lá, nos defende lá”. Eu falei, pois é.

Mesmo sendo aqui aquele beija-flor naquele incêndio, o beija-flor vai lá, pega um pouquinho da água e tenta apagar aquele fogo. Então, eu vou ser a mesma coisa, eu vou pontuar na Assembleia. Eu tenho certeza que o líder do governo, que é muito ligado ao governador, que é do próprio partido, vai interceder pelos policiais militares da Bahia, meu caro amigo deputado Fabrício.

Faço aqui, deputado Osni, o meu apelo. Se você fizer uma retrospectiva de atentados a policias na Bahia, você vai ver que o praça é mais abatido do que o oficial, você pode ver a estatística como é. Quando tem um assalto a banco, quem vai estar na frente é o soldado, é o cabo, é o sargento, é o sub-tenente. Nada contra os oficiais, mas, eu entendo que o pau que dá em Chico, tem que dar em Francisco, tem que tratar da mesma forma, porque é ser humano. Eu também aqui apelo pelas promoções dos oficiais. Tenho amigos meus que são tenentes há mais de 10 anos e não foram promovidos, capitão a mesma coisa. Quando você valoriza a mão de obra, você muda a sua categoria no seu tempo correto, aquele policial, ele vai trabalhar

mais, ele vai desenvolver muito mais, deputado Sandro Régis, muito mais, muito mais.

Então, o que eu quero na verdade é alertar o governo. Eu vi aqui vários assuntos importantes, mas vamos valorizar o policial militar, aquele que tem dado a vida para esta comunidade. Eu estava olhando a tabela de salário e a Bahia, no ranking que tem, está lá como o antepenúltimo estado que paga menos aos policiais militares...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) do Brasil. Então, é uma vergonha. Vários estados menores do que a Bahia valorizando mais os seus policiais militares. Tenho certeza que a segurança lá é bem melhor do que na Bahia, porque assaltante de banco já sabe que na Bahia é uma mamata, é uma teta assaltar banco e nada acontece com esses bandidos.

Então, Sr. governador, eu peço a V. Ex.^a que escute nosso apelo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e valorize os policiais militares da Bahia. É isso que eu peço.

Quero concluir as minhas palavras, meu caro amigo...

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Pois não, deputado.

O Sr. PASTOR TOM: ...deputado Fabrício que me elogiou, e quero também elogiar V. Ex.^a como filho de Feira de Santana, e dizer que posso todas as coisas naquele que me fortalece, que é o rei dos reis, o senhor dos senhores, o leão da tribo de Judá.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Obrigado, deputado.

Concedo a palavra ao nobre líder do governo e da Maioria ou líder do bloco parlamentar PR/Avante/Podemos/PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Por 5 minutos, o deputado Alan e 5 minutos a deputada Fátima Nunes.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com a palavra o nobre deputado Alan, esse amigo querido, esse médico do povo, por 5 minutos, e depois a deputada Fátima.

O Sr. ALAN CASTRO: Sr. Presidente, a imprensa presente, pessoal nas Galerias, todos que nos assistem pela *TV Assembleia*. A minha fala, hoje, é para tratar da visita que fizemos à policlínica de Feira de Santana, deputado Targino, fez um ano da implantação da policlínica em Feira de Santana. Estivemos lá, há 15 dias, com alguns membros da Comissão de Saúde, por proposição do deputado Alex da Piatã. E gostaria, deputado Targino, de parabenizar o nosso governador Rui Costa, o secretário de Saúde Fábio Vilas-Boas e toda a sua equipe por esse excelente trabalho de saúde que foi feito, aqui na Bahia, com essa implantação das policlínicas.

Estive junto com a Comissão de Saúde e Saneamento nas dependências da policlínica e fiquei muito feliz, deputado Targino, com a estrutura que vi, coisa de

primeiro mundo. Lá conversei com pacientes e fiquei honrado em saber que a demanda da região está sendo bem atendida. Para se ter uma ideia, antigamente, em Feira de Santana, se levava um ano para se marcar uma ressonância magnética. Hoje estive lá conversando com pacientes, solicitações médicas de 15 dias já estavam sendo realizadas. Entre outros exames, o senhor que é cardiologista sabe, *holter*, mapa, não existiam no município de Feira de Santana, como praticamente não existem hoje...

O Sr. Alan Sanches: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. ALAN CASTRO: No momento oportuno.

(...) como praticamente hoje não existem no município de Salvador.

São exames de média e alta complexidade que estão sendo realizados com brevidade. Realmente nosso governador é um visionário, trouxe essa grande ideia do Ceará, aprimorada, porque no Ceará não tinha a parte de imagem, e ele sabia, junto com Fábio Vilas-Boas, com o senhor que é médico, comigo, que sou médico também, com o deputado Alan Sanches, que a parte de imagem era o grande gargalo aqui da Bahia.

A policlínica foi implantada diferente do Ceará com o serviço de imagem. Inclusive, fica aqui ao deputado Alan Sanches a reclamação que a policlínica que vai ser instalada, aqui em Salvador, o prefeito Neto, na contramão, disse que não quer serviço de imagem, não, que Salvador está bem atendida. E eu sei, você sabe, que uma ressonância de crânio hoje, em Salvador, demora um ano esperando no Sistema Vida. Como é que ele não quer ampliar o serviço para a população e quer manter fisioterapia, como é no Ceará?

Então, deputado Alan Sanches, fica aí um questionamento para o senhor depois responder: por que o prefeito ACM Neto não quer a policlínica concebida da forma original, com ressonância, com tomografia, com ultrassom e quer manter fisioterapia?

Durante a visita, deputado Targino, eu fiquei sabendo, pasmem, que a Prefeitura de Feira de Santana tinha 7 meses sem pagar o repasse à policlínica. E o pior 80% do atendimento da policlínica de Feira são dos cidadãos feirenses. E o pior ainda e mais grave, deputado Targino, não era para ter essa cobrança, reza no contrato que é para ser colocado débito em conta. O prefeito Colbert malandramente não colocou débito em conta, paga quando quer, paga quando quer, mas nem por isso, a população de Feira de Santana ficou desassistida. O governo do Estado que tem que custear 40% das policlínicas, vem custeando 70% em Feira, porque o prefeito Colbert não estava pagando em dia. Estive lá, conversei com a imprensa, falei em bom tom sobre a questão da dívida e, graças a Deus, na sexta-feira, o prefeito Colbert pagou o que devia.

Então, deputado Targino, cobre a seu prefeito, que é da sua base política, para que ele coloque o débito da policlínica em conta, como reza o contrato, para o governo não estar cobrando. Não tem que cobrar. A população está sendo atendida, muito bem atendida, o serviço tem que ser débito em conta.

O Sr. Alan Sanches: Um aparte, deputado.

O Sr. ALAN CASTRO: No momento oportuno, deputado.

O Sr. Alan Sanches: De novo?

O Sr. ALAN CASTRO: Finalizando, Sr. Presidente, queria falar, aqui, também, da questão da saúde em Salvador.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Hoje, atendi um paciente...

O Sr. Alan Sanches: Excelência, o tempo.

O Sr. ALAN CASTRO: Com sua benevolência, meu presidente.

O Sr. Alan Sanches: O tempo é oportuno.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Terá uma pequena tolerância, pode falar, concluindo.

O Sr. ALAN CASTRO: Já estou finalizando.

Hoje, atendi um paciente oriundo do posto de saúde de Salvador. Pasmem, o paciente veio me pedir uma receita de um Tylenol e uma dipirona para comprar na farmácia. Eu falei: “Não, eu vou fazer duas vias, o senhor pega no posto”.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Para concluir, deputado. Por favor, para concluir.

O Sr. ALAN CASTRO: Ele falou: “Doutor, o posto não tem nem remédio de febre”.

O Sr. Alan Sanches: Nome do posto. Nome do posto, deputado.

O Sr. ALAN CASTRO: Então, deputado Alan Sanches, é uma vergonha...

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Para concluir, deputado.

O Sr. ALAN CASTRO: (...) para Salvador. A gente já sabe da baixa cobertura de UBS e, agora, falta medicação básica.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Para concluir, deputado.

O Sr. Alan Sanches: Nome do posto, deputado.

O Sr. ALAN CASTRO: Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com a palavra a deputada Fátima Nunes pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES LULA: Não são seis, não, presidente?

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, eu quero, desta tribuna, registrar o meu pesar – e, também, mandei por escrito para esta Casa – pelo falecimento do nosso amigo Ildes Ferreira. Nunca posso esquecer da sua história, quando jovem, trabalhando nos movimentos comunitários, indo até o nosso sertão na busca de organizar as comunidades rurais para conquistar os nossos direitos. E, durante sua vida, também, na luta social. Foi secretário do governador Jaques Wagner. Envio daqui, desta tribuna, os meus sentimentos para todos os familiares. Lembrando do

nosso companheiro Ismael, o qual também foi o prefeito do município de Valente. A todos e a todas os meus sentimentos.

Quero, também, registrar, nesta tarde, a visita que fiz ao município de Nova Soure, acompanhada do nosso companheiro Marcos Ureilton, nosso vice-prefeito. Fui lá nas comunidades de Povoado Santana, Bendó e Raso. Tive a oportunidade de almoçar, lá, na casa do Seu Antônio da Mata, na divisa com Sátiro Dias. E, visitando essas comunidades do Povoado Santana, Bendó e Raso, tive a felicidade de dar a boa notícia da votação que fizemos na semana passada, do projeto de lei que regulamenta os limites territoriais. Por longo tempo, essas comunidades viviam debatendo, e o seu pertencimento sempre foi afetado, porque, cada prefeito que assumia a gestão, fazia deles um jogo de bola. Uns diziam: “Eles são de Sátiro Dias”. Outros diziam: “Eles são de Biritinga”. Outros diziam: “Eles são de Nova Soure”. E com a votação aqui desse projeto de lei, colocamos um fim nesse jogo. O que eles queriam era pertencer ao município de Nova Soure, e assim a lei os assegurou.

Queria dizer também da minha tristeza, nessa visita, de ver a escola daquela comunidade fechada, porque muitos prefeitos nos tempos recentes resolveram agrupar as escolas em polos. E isso fez com que se retirassem os alunos da comunidade rural para levar para a cidade.

Eu sou totalmente contrária a esse projeto, porque tenho certeza que lá, na comunidade onde eles vivem, eles têm o meio ambiente mais promissor para a sua formação. O professor e a professora podem muito bem sair da localidade mais distante e ir até a comunidade onde eles moram e assim garantir o acesso à educação, à formação. Até porque no mundo globalizado, com a ciência e a tecnologia, do lugar onde a gente está, a gente pode acessar a todos os meios de comunicação. É triste ver uma escola rural, uma escola do campo fechada. E a gente aqui debatendo a formação, os programas da escola no campo.

Passei também na comunidade do Paiaíá. E aqui queria registrar e parabenizar o nosso companheiro de batalha, o Geraldo Prado, que instituiu e faz a gestão da maior biblioteca rural do mundo. Lá tem uma quantidade grande de livros que permitia sempre que, na escola – que antes funcionava –, os alunos, na hora do recreio ou então pela tarde, pudessem estar lá também fazendo suas leituras e ampliando os seus conhecimentos. E para a nossa tristeza, é nessa comunidade Paiaíá, uma comunidade de nome indígena, uma comunidade no semiárido ainda bastante saudável, porque ainda tem um pedacinho de mata e um riacho que corre.

E nessa localidade, onde a gente podia estar desenvolvendo um projeto modelo de desenvolvimento sustentável no semiárido, lamentavelmente, aquilo que podia servir de motivação, que é a escola, também está fechado. Mesmo assim, o nosso companheiro Geraldo Prado não se intimida, não desiste e está convocando um evento importantíssimo entre os dias 23 e 26 de julho. É um evento internacional – onde estarão todos os cientistas, homens e mulheres que se interessam pela literatura –, para fazer um grande encontro de livros, de escritores, de pessoas que promovem o conhecimento através da literatura.

(A deputada Ivana Bastos assume a presidência da Mesa.)

Daqui, desta tribuna, eu quero parabenizar o Geraldo Prado e quero parabenizar o nosso vice-prefeito, Marcos Ureilton, pelo apoio que tem dado a esse trabalho desenvolvido por esse estudioso da literatura, Geraldo Prado.

Muito obrigada, presidenta Ivana Bastos.

Quero convidar também para o dia 25 de maio, em Cícero Dantas, às 9 da manhã, um grande ato público em defesa da aposentadoria. Já temos a presença confirmada do senador Jaques Wagner, mas...

O Sr. Alan Sanches: O tempo aí, deputada.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES LULA: (...) o evento é confirmado para todos. Todos podem participar.

A Sr.^a PRESIDENTA (Ivana Bastos): O tempo aí, deputada.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES LULA: Obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Ivana Bastos): Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Falarão o deputado Bobô, por 6 minutos, e o deputado Fabrício, por 5 minutos.

A Sr.^a PRESIDENTA (Ivana Bastos): Por 6 minutos para o deputado Bobô e 5 minutos para o deputado Fabrício.

O Sr. Bobô: Só invertendo...

A Sr.^a PRESIDENTA (Ivana Bastos): Por 5 minutos Bobô e seis minutos Fabrício.

Com a palavra, o deputado Bobô por 5 minutos.

O Sr. BOBÔ: Obrigado. Boa tarde, Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu quero fazer um registro na ata dos trabalhos da Assembleia Legislativa da Bahia de uma moção de pesar pelo falecimento, no dia de ontem, do vice-prefeito da cidade de Serrolândia, meu amigo querido Missa. O apelido é como a gente trata com tanto carinho o Missa, que nos deixou ontem com apenas 46 anos de idade.

Infelizmente, Olívia, faleceu, ontem, aqui em Salvador. O sepultamento está acontecendo agora na cidade de Serrolândia, causando uma grande comoção, pelo que representa o Missa como ser humano e como político de grande envergadura. Uma das figuras humanas mais especiais que eu tive o prazer de conviver nesses últimos anos. Eu dizia que ele era um grande pacificador em um grupo político, uma liderança realmente rara. E lamentavelmente ontem nos deixou.

O sepultamento está acontecendo agora em Serrolândia, e eu quero aqui registrar os meus sentimentos à sua esposa e às suas três filhas. É uma enorme perda, não só como ser humano, como pai, como chefe de família, mas também como homem público, que deixa um legado, realmente, extraordinário para as pessoas que tiveram o prazer de conviver com Ademilson Araújo Oliveira, o grande Missa, o querido Missa, o eterno Missa. Então eu quero deixar registrado nas atas da Casa essa moção de pesar.

E é importante que a gente registre: o Missa, que quando começou sua vida partidária, começou pelo PSDB. Depois saiu do PSDB migrou para o PSB; Missa, que foi vereador, presidente da Câmara de Vereadores por duas legislaturas, em Serrolândia; o Missa, que foi vice-prefeito do prefeito Gildo Mota, que fez um trabalho extraordinário na cidade de Serrolândia; e o Missa, que era até ontem o vice-prefeito também da legislatura atual do prefeito Gonçalves, do município de Serrolândia.

Portanto, eu quero registrar os meus sentimentos por ter convivido algum tempo com o Missa. E a gente lamenta muito por ser uma pessoa jovem, 46 anos, mais de 20 anos na vida pública, uma figura humana espetacular e com um amor imenso às pessoas. Era daqueles políticos que sempre teve prazer de abraçar as pessoas. E, também abraçar o seu município. Ele tinha um amor imenso por Serrolândia.

E eu, sempre que tinha o prazer de conversar com ele, aprendia um pouco o que é saber ouvir, porque o papel do parlamentar é ter a paciência e a sabedoria de saber ouvir. E ele passava muito isso para a gente, com aquela energia positiva, com aquela estima sempre elevada, com um carisma também extremamente elevado. E eu registro, mais uma vez, os sentimentos a todos os serrolandenses que em todas as redes sociais estão, aí, colocando as mensagens de condolências e, acima de tudo, também de dor, e, acima de tudo, de saudade, porque vai deixar realmente saudades como amigo, como ser humano, como parceiro, como pai, como chefe de família e, acima de tudo, como um grande homem público que essa grande figura humana sempre foi. É o legado que... Eu tive o prazer ontem de conversar com sua filha, ainda no hospital, aqui em Salvador, e ela me disse, uma jovem de 22 anos, ela disse assim: “Bobô, a grande questão é que meu pai vai viver sempre, eternamente, no meu coração, na minha mente, porque eu sou um reflexo do que ele é ou do que ele foi, porque tudo que aprendi na minha vida, a convivência, sempre foi com ele”. E, realmente, é extraordinário a gente ouvir isso, porque ele deixa um legado maravilhoso no município de Serrolândia e para sua família.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Portanto, se registre nas atas desta Casa esta moção de pesar pelo falecimento do vice-prefeito de Serrolândia, Ademilson Araujo Oliveira, mais conhecido por todos nós como Missa. Obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Ivana Bastos): Com a palavra o deputado Fabrício Falcão pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^a Presidenta, Ivana Bastos, a minha fala hoje é sobre uma coisa absurda das mais absurdas do Brasil. Mas antes quero dizer que amanhã, deputado Hilton, eu estarei comprando um fuzil, uma pistola. E a partir de amanhã virei armado de fuzil e pistola para esta Assembleia, tendo em vista que agora eu sou permitido a andar com um fuzil semiautomático, a andar com uma pistola semiautomática e ter até seis pistolas na cintura. Então, deputado Euclides, a partir de amanhã, virei para esta Casa muito bem armado, graças ao decreto deste grande estadista que tem no Brasil hoje, chamado ‘Bostanaro’.

Amigos e amigas, temos o país mais violento do planeta terra, temos o país em que se matam 60 mil pessoas por ano. Eu imagino a minha Vitória da Conquista, que tem 360 mil habitantes. Minha Conquista, de Zé Raimundo. Imaginem, fechando os olhos, que a cada 5 anos desaparece do Brasil uma Vitória da Conquista de pessoas assassinadas. Nós somos, sozinhos, responsáveis por mais assassinatos do que todo o continente europeu junto. Nós temos mais assassinatos do que todos os países asiáticos juntos, em um ano. Um país que, sem a permissão de andar armado, se mata tão fortuitamente, como ontem – passou hoje no jornal, em nível nacional –, em que um empresário passa em um carro de luxo com um motorista, ele vê um morador de rua, para o carro, dispara o revólver, mata o morador de rua, entra no seu carro e sai tranquilamente. Um grande colecionador de armas.

Imaginem o que é nós darmos armas a mil e tantos deputados estaduais, 500 federais, 80 senadores, 5.600 prefeitos, quase 60 mil vereadores terem direito de portar na cintura.

Meus senhores e minhas senhoras, esse decreto, ele vem para legitimar e aumentar ainda mais a violência neste país. Este país não precisa de armas, precisamos de escolas, precisamos de mais dinheiro nas escolas, precisamos de mais quadras, mais praças, mais lazer, mais dinheiro no esporte.

Não é arma na mão do cidadão comum que vai garantir a segurança do cidadão. Eu não me sentiria seguro com arma na cintura. Quem tem que dar segurança ao cidadão é aquele agente que foi treinado e capacitado para andar armado.

A Sr.^a Olívia Santana: Um aparte, colega.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO: O homem, a mulher, aquele cidadão que passou pela academia, que teve treino, foi preparado, que é um policial militar, um policial civil, um policial federal, um agente das Forças Armadas que inclusive, mesmo preparado, matou um músico com mais de 80 tiros, se depara com erros.

Nós observamos policiais muito bem capazes, que no seu momento de folga está num bar, num restaurante bebendo com a arma na cintura, é assassinado porque é pego – um agente treinado –, de surpresa com arma na cintura.

Vejam o que será deste país com cidadão, mesmo de bem, bebendo em bares e restauras e, por uma simples discussão de um BaVi, de um FlaFlu, atira contra o outro.

Nós não queremos armas neste país, nós não queremos ódio, queremos paz, queremos amor, queremos que o estado cumpra seu papel, que o estado faça seu papel, que é, como agente possuidor da segurança e da violência, que é o estado, cumpra o seu papel. Não é armando o cidadão comum, que não sabe sequer pegar uma arma, botar a arma na bolsa ou ne uma cintura, que vai se dar bem.

Há poucos meses um delegado de polícia, um bom delegado do município de Barrar da Estiva estava de férias indo visitar sua família, e bandidos foram tomar carro para fazer um assalto ao banco, foram roubar o delegado, pegaram ele de surpresa, e quando viram que era o delegado, mataram o delegado, colocaram fogo no corpo. Foi um agente surpresa, mesmo um agente preparado.

Não será armando o povo brasileiro, que traremos segurança, deputada Olívia, a este país. Não queremos armas, não queremos armas na mão do povo. Queremos paz, segurança, equilíbrio e justiça. Isso se dará com geração de emprego e renda para 30 milhões de desempregados, para milhares de crianças que não estão na escola. É isso que queremos: educação, saúde e um estado bem cuidado. É esse o papel do estado: cuidar do seu cidadão, não colocando armas na mão do povo.

Quero paz para meu povo! Fora arma na mão do cidadão comum!

Esta é minha fala de hoje. Desculpe, deputado Targino, é porque meu tempo era curto. Um abraço e obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Ivana Bastos): Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do DEM, para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Targino Machado: Sr.^a Presidente, farei a indicação, porque manda quem pode e obedece quem tem juízo. Eu sou servo de V. Ex.^a.

Antes, porém, eu queria dizer ao deputado Fabrício que ele não precisa adentrar a este Plenário com seis armas, como ele disse em tom de brincadeira, porque ele já anda armado com uma arma muito mais potente do que as seis pistolas, que é a acidez, a virulência e a eloquência das palavras. E concordo com V. Ex.^a, deputado Fabrício, precisamos trocar as armas pelos livros.

Mas, excelência, no horário que V. Ex.^a acabou de se referir, do meu partido, o Democratas, falará o deputado Alan Sanches, por cinco minutos e meio, e eu, pelos cinco minutos e meio restantes.

A Sr.^a PRESIDENTA (Ivana Bastos): Por cinco minutos e meio, deputado Alan Sanches e, por cinco minutos e meio, deputado Targino.

O Sr. ALAN SANCHES: Deputada Ivana, é um prazer V. Ex.^a estar sentada à Mesa, uma conquista das mulheres aqui, principalmente pelo seu trabalho, deputada. Sabe o apreço que tenho por V. Ex.^a. Queria saudar a todos, mais uma vez, e queria

que aqui estivesse presente o deputado Alan Castro, porque às vezes parece que, com relação à saúde, vive numa realidade paralela.

Eu estive, junto com o deputado Targino... Recebemos um...

O Sr. Targino Machado: V. Ex.^a me concede um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES: Já, já, deputado.

Recebemos um vídeo de um vereador – acho que alguns deputados e deputadas aqui devem ter recebido – do município de Antônio Cardoso, perto de São Gonçalo. E ele, absurdamente, o vereador, completamente consternado, chateado, enlouquecido com a regulação da morte. Xingava, esbravejava, ele estava naquele momento precisando de um atendimento, uma transferência, em que a pessoa estava muito ruim, estava na regulação da morte lá no Hospital Clériston Andrade.

Então, contra fatos não há argumentos. É muito fácil as pessoas subirem nesta tribuna e fazerem sua dissertação, fazerem o seu discurso, porque eu sempre digo que microfone e papel aceitam tudo, mas contra fatos não há argumentos.

Eu fui aqui questionado algumas vezes pelo deputado Alan Castro, falando que a regulação está às mil maravilhas, que as policlínicas... Isso é mentira. As policlínicas não estão sendo aproveitadas como foram concebidas. As policlínicas não estão funcionando como deveriam. Isso é um fato.

Não adianta ver as coisas belas, a parte física, estrutural de uma forma extremamente adequada. Só que isso não está acabando com o sofrimento daquelas pessoas que mais precisam do atendimento médico.

É um absurdo hoje a forma com que a regulação até hoje não conseguiu solucionar esse problema. Mas não conseguiu solucionar por falta de gestão. Falta comprometimento da gestão. Não é autoritarismo da Secretaria da Saúde. Falta relacionamento e gestão, planejamento administrativo. É isso que precisa a Secretaria da Saúde e não levantar o nariz, não ficar em tela de computador quando estiver atendendo seus prefeitos, quando estiver atendendo seus deputados. Precisa sair do gabinete, deixar suas viagens internacionais e escutar o povo. Vá aos hospitais, vá no Clériston Andrade, vá no terror do HGE, dia de segunda-feira, dia de quarta, quinta, sexta, porque o HGE está um terror todos os dias. Mande-o ir lá, mande-o fazer a visita lá embaixo, vá visitar a ortopedia para ver como estão sendo tratados os nossos pacientes, os nossos irmãos baianos.

Com a palavra, pediu aparte, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Nobre deputado Alan Sanches, quero dizer a V. Ex.^a que releve o que aqui disse o deputado Alan Castro, porque ele não sabe o que fala. Na verdade, ele compareceu aqui, hoje, porque alguém disse a ele que eu falei do secretário da Saúde. Só que ele está enganado. Eu falei aqui, hoje, mal da secretária de Saúde de Feira de Santana. E não atenderei mais os pedidos do deputado Alan Castro, como ele os têm feito a mim e a V. Ex.^a, nos pedindo para que bata no secretário Fábio-Vilas Boas, para ele poder aparecer na tribuna defendendo. Agora ele vir aqui hoje para fazer uma crítica temerária à prefeitura, à Secretaria de Saúde da

Prefeitura de Salvador, falando que no posto médico não tem esse ou aquele remédio, sem citar qual é o posto, isso é uma denúncia temerária.

Muito obrigado, Excelência.

O Sr. ALAN SANCHES: Aos colegas, aproveito até a presença do nosso presidente Nelson Leal e queria convidar a todos: na próxima terça-feira, de hoje a oito, às 9h da manhã, estaremos fazendo uma visita, deputada Ivana Bastos, ao Hospital Municipal. Haverá, primeiro, uma reunião, uma explanação e uma oportunidade para que o próprio deputado Dr. Alan Castro possa questionar sobre a cobertura de Salvador, com sua tolerância de 20 segundos, para que eu conclua o pensamento...

A Sr.^a PRESIDENTA (Ivana Bastos): Mas são cinco minutos e meio.

O Sr. ALAN SANCHES: Ah, então tem mais 30 segundos aí. Está falhando a informática.

A Sr.^a PRESIDENTA (Ivana Bastos): Tem meio minuto.

O Sr. ALAN SANCHES: Sim, então dessa forma, terça-feira, dia 28, às 9h, nós estaremos lá no Hospital Municipal. Primeiro com uma explanação. E também será aberto para as perguntas dos deputados e deputadas, com o secretário Municipal de Saúde, Luiz Galvão. Conto com a presença de V. Ex.^{as}. Deputado Hilton, se puder comparecer será um privilégio. E para ver como anda o primeiro hospital construído aqui em nossa capital. Queria que V. Ex.^a fosse lá, deputado Marcelino, será muito bem recebido.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Ivana Bastos): Com a palavra, o deputado Targino pelo tempo de cinco minutos e meio.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr.^a Presidente, deputada Ivana Bastos, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, senhores da imprensa, Srs. Funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, assisti aqui, hoje, ao esforço de alguns deputados da Bancada do Governo, de forma especial do seu Líder, o deputado Rosenberg, para defender alguns desatinos de Sua Excelência o governador, notadamente na área de educação.

Na verdade, o governador Rui Costa está mais perto da extrema direita do que a esquerda possa imaginar.

Rui, o governador Rui Costa, corta verbas e investimento da educação como fez nos anos 2017 e 2018, quando seu governo deixou de aplicar R\$ 110 milhões. E esses R\$ 110 milhões foi a diferença entre o valor orçado, aprovado por esta Casa, e o empenhado pelo seu governo nas quatro universidades estaduais baianas. Então, qual é a autoridade que tem a Bancada do Governo, deste governo, de falar do contingenciamento. Quem pode falar do contingenciamento do governo federal sou eu, porque sou contra isso lá e cá.

Os professores das universidades estaduais estão em greve e reclamam dos cortes no orçamento das instituições de ensino.

O governador Rui Costa defendeu – observem o absurdo! –, o governador Rui Costa defendeu em entrevista coletiva, ontem, dia 20 de maio de 2019: *“Mensalidade em universidade pública não deve ser tabu, diz governador do PT”*.

Ele defendeu, o governador Rui, que o pagamento de mensalidades em universidades públicas não deve ser tabu. Defendeu ainda as parcerias público-privadas e até doações como alternativas de financiamento do ensino público. É uma graça esse governador. Absurdo, isto, Sr. Governador.

Enfim, os impostos que nós pagamos serão para aplicação aonde mesmo? Sr. Governador, não deve ser na educação, na saúde, na segurança pública. Esta, deputado, Hilton Coelho, é a cancela que o governador quer abrir: parcerias público-privadas até nas universidades públicas. Já não bastam a PPP da Arena Fonte Nova, a PPP do metrô, a PPP do Hospital do Subúrbio, e aqui o seu governo quer adotar para a ponte Salvador/Itaparica. Que tantos prejuízos têm dado essas PPPs aos baianos!

Muita desfaçatez, é fato. O governador Rui ainda defende protestos contra o contingenciamento de recursos federais para educação. Só posso responder a isso rindo, governador. É muita desfaçatez.

Enfim, cada um tem o governo que elege, mas se preparem, eleitores da Bahia, para o que ainda virá.

Diante dessa declaração do governador, eu voltei a minha adolescência e me lembrei de uma música: “O Pequeno Burguês”, Sr. Presidente, me permitam socializar aqui agora...

(O Sr. Deputado reproduz a música por meio do aparelho celular.)

O Sr. TARGINO MACHADO: Governador, tenha pena, governador! V. Ex.^a veio da labuta sindical. A sua vida nem sempre foi boa como é hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para concluir, deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO: Concluo Ex.^a, dizendo que só o prazer de vê-los sorrindo com uma música que nos disse tanto na nossa juventude, a gente termina até agradecendo, agradecendo a maluquice que o governador, e perdoadando, porque eu tenho certeza que ele já deve ter repensado de ontem pra cá e não vai perpetrar um crime desse naipe, contra os alunos, contra o povo da Bahia.

Muito obrigado, Excelência.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra, o nobre Líder do Governo ou Líder da Maioria ou Líder do PT, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Falará por 7 minutos o deputado Zé Raimundo e 5 minutos a deputada Olívia, por generosidade do deputado Marcelino Galo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, eu tinha um outro tema para tratar nesta breve intervenção, mas em função do pronunciamento do nobre Líder Targino Machado, vou também fazer algumas observações sobre a sua fala. Mas, inicialmente, eu gostaria de parabenizar o governador Rui Costa por esta maratona que ele fez nos Estados Unidos e na China.

Ao contrário do governo federal, que cria problemas diplomáticos e de ordem de relações econômicas no contexto internacional, criando confusão com a China, com o Oriente Médio, com a América Latina, mesmo com países africanos... Todas essas áreas, toda essa geopolítica construída pelo Brasil a mais de 70 anos, como a diplomacia neutra, buscando o equilíbrio e oportunidades para o comércio internacional, o governo federal vem agora com uma postura, mais do que nunca, ideológica, prejudicando, inclusive, a sua base social, que deu sustentação às suas eleições, como é o agronegócio.

Por isso Rui Costa está fazendo, na verdade, uma verdadeira, eu diria, pedagogia e orientação de como deveria ser uma política econômica internacional, nos Estados Unidos e também na China. Lá, conseguiu parcerias e investimentos na área da piscicultura, na área da energia eólica e solar, na área também da educação e saúde, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. E ainda tratou de parcerias diretas com o governo da Bahia, como é o caso do VLT, do sistema VLT e também de outros mecanismos para fortalecer a economia baiana fazendo, na verdade, algo que deveria ter sido feito pelo governo federal, como Lula fez, como Dilma fez.

Então está de parabéns o Governador Rui Costa e eu tenho certeza que vai trazer um cenário mais positivo para a Bahia, continuando investindo em obras importantes como a Fiol, Porto Sul e também, evidentemente, a ponte Salvador-Itaparica, além dessas obras já anunciadas.

O segundo assunto, Sr. Presidente, é com relação a essa celeuma aí do governador que teria dito que é a favor da privatização das universidades. Eu não acredito. E o governador já deu a entender... Vai dar à noite uma entrevista no Rui Correria e vai explicar, porque me parece que foi uma frase pinçada que o jornalista perguntou a ele sobre essa questão das mensalidades. Ele disse que não é tabu. Não é tabu significa que você pode discutir. Mas eu acredito que o governador não vai absolutamente defender essa tese, porque existe uma tese já consagrada dentro das nossas instituições públicas, dentro dos nossos partidos, não só do PT, mas de toda uma corrente pedagógica nacional, que defende a universidade pública e gratuita.

No nosso caso temos a referência maior que é o Paulo Freire. O Moacir Gadotti para não falar em Darcy Ribeiro e também em Anísio Teixeira lá da nossa querida Caetité. Há uma produção extraordinária sobre este papel do ensino e da educação e eu tive o privilégio e está até nas redes sociais uma pequena entrevista de minha autoria, de Elias Dourado, companheiro nosso do PCdoB e de José Carlos Duarte, feita em 1983 com Paulo Freire. Está nas redes sociais uma entrevista que nós resgatamos que já naquela época discutíamos o papel da educação na transformação social desse país. E, naturalmente, é claro que estamos vivendo uma situação incomoda, nesse momento, em função das tensões do movimento das universidades

estaduais. Mas a bancada do PT, o nosso Líder está aqui, a Bancada do Governo, tenho absoluta convicção que é favorável a uma negociação, a uma saída negociada, para que as universidades voltem ao seu ritmo, e aí sim, possamos fazer um grande debate sobre o futuro das nossas universidades, porque a universidade pública estadual foi de fato uma grande matriz para o desenvolvimento sociocultural da Bahia nos anos 70, nos anos 80 e nos anos 90.

Agora, com esse novo contexto, com os institutos federais, com as universidades federais com muitas outras instituições, o debate é para reposicionar as universidades estaduais na linha da pesquisa, da extensão, na linha, talvez até, mais refinada neste momento. O governador, tenho absoluta certeza que ele defende sim, a universidade pública. E vai esclarecer, porque essa é a posição nacional do nosso legado cultural e, evidentemente, não se tratou de falsificação do jornalista. Não, foi uma interpretação que o jornalista deu corretamente. Na medida em que não é tabu, não sendo tabu, topa-se discutir. Mas tenho certeza que o governador vai explicar direitinho, ele já se antecipou, inclusive já está na redes sociais o pronunciamento dele preliminar, chamando para o debate agora, às 19 horas, no Rui Correria, e, evidentemente, a Bancada vai também participar desse debate com os educadores, porque é uma tradição nossa defender a universidade pública e gratuita.

A forma de se pagar a universidade é que o Brasil não tem, que é o imposto sobre as grandes fortunas, porque na Europa a carga de impostos chega a 60, 50, 40%, e em alguns países até 70%. Então essa história de dizer que se paga muito imposto, não é verdade. O Brasil não tem carga tributária para o tamanho deste país, para os desafios sociais deste país. O nosso debate é outro: como gastar os impostos,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) como funcionar um estado eficaz e que promova a justiça social.

Tenho absoluta certeza, o governador Rui Costa defende a universidade pública, gratuita, e ele vai se pronunciar hoje, não tenho a delegação dele, mas acredito nisso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra a deputada Olívia Santana, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados, eu quero saudar e agradecer ao nosso Líder Rosemberg e ao deputado Marcelino Galo por ter me concedido a palavra, e venho a esta tribuna demonstrar a minha grande preocupação com esse decreto do presidente Bolsonaro. É um ato de absoluto desatino, é um disparate. Esse decreto libera inclusive o uso de fuzil. A Taurus já informou que tem duas mil pessoas na fila já interessadas em comprar, deputado

Hilton, esse fuzil chamado T4, que é uma arma semiautomática e que, portanto, era de uso restrito, que agora se amplia, qualquer pessoa pode adquirir um fuzil.

Isso é uma coisa que ninguém nunca viu neste país. Nós já tivemos governos liberais, mas nunca tivemos um governo tão assombroso como esse. Isso aí é a liberação aberta da necropolítica, a política que define quem vai viver, quem vai morrer, quem pode ter os seus carros blindados, quem mora em seus condomínios fechados e quais são os corpos que tombarão com essa liberação irrestrita do uso de armas.

O Brasil já mata; já mata. O nosso país já tem esse triste índice de mais de 50 mil pessoas que morrem por ano, são indicadores de guerra. Com essa liberação indiscriminada, onde nós vamos parar? É no necrotério? Nos cemitérios? Os pobres, os negros, as mulheres são os que mais vão morrer com essa política absurda.

Nós precisamos fazer um grande movimento para derrubar esse decreto. Nós não podemos assistir isso e levar a vida como se nada estivesse acontecendo! Qualquer discussão no trânsito pode significar a morte de alguém! De meninos, jovens que podem entrar numa escola e disparar, descarregar um fuzil! Então, essa era da bestialidade em que estamos vivendo... Precisamos reagir a isso! Esse decreto não pode continuar, ele precisa ser derrubado! Já há ações, inclusive, no Supremo, e eu espero que haja celeridade no que diz respeito à derrubada desse absurdo.

Ontem, nós tivemos... eu subi a esta tribuna para falar da chacina lá de Lauro de Freitas. Houve também uma chacina em Belém, onde onze pessoas foram assassinadas; aqui, seis pessoas! Inocentes, pessoas inocentes! Então, não é possível! Não é possível! Nós não podemos nem fazer piada com uma coisa como essa!

Acabou de sair mais uma pesquisa mostrando que esse presidente Bolsonaro cai vertiginosamente. Está havendo uma rejeição nacional, ele perdeu mais cinco pontos entre os que consideravam esse governo bom e ótimo – aqueles loucos que fizeram essa escolha, não é? Então, nós não podemos permitir que isso perdure no país.

Eu espero, e eu tenho certeza de que os meninos, as meninas, a juventude que vai tomar as ruas no dia 30 para defender a universidade pública, gratuita, de qualidade para todos, os professores, estudantes, funcionários, as famílias que vão às ruas... Ele teve a ousadia de chamar as pessoas de idiotas! E os que estavam lá são pessoas, é a população brasileira dizendo “não”, “não” a este governo!

Portanto, eu espero que nestas manifestações do dia 30 também seja incluída a luta contra a política da morte...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) implantada por esse presidente.

Para concluir, Presidente, eu quero dizer que fico feliz com o vídeo que recebi – porque nós procuramos saber o que foi aquilo em relação à declaração do governador. O governador já fez circular um vídeo dizendo que houve uma distorção da fala dele, que ele não defende privatização das universidades. E seria um contrassenso com a nossa trajetória de luta!

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

A universidade pública é gratuita, é um patrimônio do povo brasileiro que precisa, sim, ser preservado.

E quero dizer que houve um tempo... Quando eu fui universitária, nós lutamos contra isso! A Universidade, a UFBA, e muitas universidades públicas eram de fato restritas a grandes famílias abastadas. Mas, hoje, com as cotas, com o ProUni nas universidades privadas, a população acadêmica mudou. Nas universidades públicas, nós temos quase 50% dos estudantes se declarando pretos e pardos; 52%

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para concluir, deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) são mulheres, presidente; 60% vêm de escolas públicas; 35% trabalhadores; 53% utilizam o transporte coletivo para frequentar suas aulas. Portanto, foi uma conquista no governo Lula, no governo Dilma a democratização das universidades públicas, e é assim que essas universidades devem estar.

Portanto, quero aqui saudar a sensatez do governador que, de imediato, já encaminhou um desmentido e fez uma defesa aberta...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Senhora Deputada, para concluir.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) das Universidades Públicas Federais e Estaduais, que eu espero que chegue a bom termo a finalização da greve, com o governo tratando de maneira digna os professores e professoras.

É isso. Obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Ordem do Dia.

Em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 23.191/2019, do Poder Executivo, que “Autoriza a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito contratadas com o extinto Banco do Estado da Bahia S. A. – BANEBA e cedidas ao Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico – FUNDESE ou a Agência de Fomento do Estado da Bahia S. A. – DESENBABIA.”

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deixa só concluir aqui.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relação do Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Designo como relator...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Já foi lido.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): (...) o deputado Diego Coronel para aditar a matéria.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, o projeto, na realidade, foi lido na semana passada, eu e o deputado Paulo Câmara, que pediu vista, numa discussão que nós tivemos, inclusive com os Líderes e vice-Líderes sobre uma emenda que foi apresentada reduzindo o tempo para as pessoas interessadas se credenciarem. O projeto originalmente apresentava um período de 12 meses. Então por acordo, aqui, nós combinamos, eu e o nosso querido relator, que pudesse fazer um aditamento, retomando o projeto originalmente vindo do Executivo para 12 meses, atendendo assim a uma solicitação do deputado Paulo Câmara, também, obviamente atendendo a um debate dos Líderes e vice-Líderes na Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Diego Coronel.

O deputado Paulo Câmara está com prestígio.

O Sr. DIEGO CORONEL: Está com moral, o homem.

Sr. Presidente, Srs. e Sr.^{as} Deputadas aqui presentes, estamos aqui no...

(Lê): *“ADITAMENTO AO PARECER*

Das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 23.191/2019, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘Autoriza a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito contratadas com o extinto Banco do Estado da Bahia S.A. - BANEBA e cedidas ao Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE ou à Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. - DESENBAHIA.’

Cabe-me, em decorrência de Acordo entre as Lideranças das Bancadas da Maioria e da Minoria na Assembleia Legislativa da Bahia, e em atendimento à proposta de alteração do parecer original, de autoria do Deputado Paulo Câmara, aqui presente, em pedido de vistas, apresentar o presente Aditamento ao Parecer ao Projeto de Lei nº 23.191/2019, nos termos seguintes:

Suprima-se a Emenda de Relator apresentada no parecer original, fazendo-se retornar para doze meses o prazo de adesão dos interessados na repactuação de dívidas de operações de créditos contratadas por pessoas físicas ou jurídicas junto ao extinto BANEBA e cedidas ao Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico e à DESENBAHIA.

Entende este Relator, concordando com as Lideranças e o Deputado Paulo Câmara, que o prazo originalmente fixado na proposta governamental para adesão dos interessados ao programa está mais condizente com a realidade financeira e a situação econômica do nosso Estado.

Ante o exposto, e considerando que o projeto se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, bem como por não haver restrições quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

Este é o meu parecer.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Alan Sanches: Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em discussão...

O Sr. Alan Sanches: Eu gostaria de...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem.

Eu queria solicitar a verificação de quórum no âmbito das Comissões, por favor.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu queria...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Rosemberg, só um minuto que eu vou colocar a prorrogação em votação.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pois não.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Tem aqui uma solicitação, um requerimento.

(Lê) “Requeiro, nos termos do Artigo 89, Parágrafo Único do Regimento Interno, a prorrogação da presente Sessão, pelo tempo de 60 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia.”

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado.

Pela ordem, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex.^a, até do ponto de vista... para a gente regular isso, que toda vez que o quórum for solicitado, independente de alguma coisa, já fixasse 15, 25 minutos, a não ser que a gente peça que não precise ser regimentalmente, para deixar mais ou menos... para a gente não ter nenhuma dúvida em relação aos pedidos de quórum.

Mas eu queria aproveitar este momento aqui para deixar registrado, em nome da Bancada da Maioria, e tenho convicção, porque o deputado Targino já o fez ontem, aqui, pela Liderança da Minoria, que é uma lembrança, e deixar o registro que ontem foram 19 anos da ausência do deputado Paulo Jackson.

O deputado Paulo Jackson foi um deputado que marcou história nesta Casa, um deputado que realmente criou uma nova forma de contribuir com a Assembleia

Legislativa do Estado da Bahia, orgulhosamente do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, com a sua decência, com a sua seriedade e com o comprometimento público. Então queria deixar registrado em nome de toda a bancada a saudade e o comprometimento que foi do deputado Paulo Jackson quando passou aqui por esta Casa Legislativa.

Peço para marcar o tempo necessário e fazer a convocação dos deputados para atender ao chamamento do deputado Alan Sanches.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): deputado Rosemberg, eu tive a felicidade de ter convivido com o deputado Paulo Jackson, eu entrei aqui em 1999 e ele já estava. Um dos deputados mais brilhantes que esta Assembleia já teve. Estudioso, conhecedor profundo do Regimento Interno, um deputado extremamente competente, combativo foi uma grande perda para a Bahia. Tenho certeza absoluta que ele deixou entre nós muita saudade, mas muitos ensinamentos. Era, realmente, um deputado extremamente diferenciado.

Nós ficamos acertados na última discussão que aqui tivemos, que a partir daquela data as questões de ordem deveriam sempre ter quem a solicitou ou se, por acaso, se alguém contraditar que os dois teriam que estar no plenário. E se no caso de só um dos lados, ou dos lados das bancadas solicitar a questão de ordem, valerá sempre o que está no Regimento que são os 15 minutos. Então, isso já ficou acertado, é ponto pacífico.

O Sr. Alan Sanches: Repita, porque não ouvi...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Na última discussão, tivemos aqui um debate acalorado, naquela última sessão. Ficou acertado que vai valer a praxe que é: os dois deputados que solicitaram, um que solicitou e o outro que contraditou, eles dois terão que ficar no plenário. E se um dos dois sair, vai cair a do que saiu, mas sempre haverá a marcação dos 15 minutos, indiferente, ...

O Sr. Alan Sanches: Só não haverá se o outro contraditar...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): (...) porque no Regimento pediu, acatando, inclusive V. Ex.^a que disse que tinha que marcar sempre os 15 minutos. O.k. Aí, no caso, atendendo a V. Ex.^a.

O Sr. Targino Machado: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, aproveito o ensejo para, novamente, trazer aqui o que “abunda não vicia”. Notadamente, esse tema, ontem eu trouxe aqui um depoimento de amor, de saudade daquele que neste Parlamento eu considerava o melhor de todos nós, o nobre companheiro Paulo Jackson que com certeza, se aqui estivesse, estaria a nos trazer sempre ensinamentos de dignidade, de coerência, um homem que estufava o peito, orgulhosamente e dizia: “podem procurar, podem bater, porque de Paulo Jackson vocês não vão encontrar nada. Não vou me calar, não vou me curvar”.

Eu tenho muita saudade dele e confesso que muitas das vezes, aos sábados, pela manhã, vinha para a Assembleia, não para trabalhar ou porque precisava fazer

alguma coisa, era, porque era bom conviver com alguém da envergadura pessoal, da estatura moral e valeroso no campo político como ele.

Assim quero deixar meu registro e quero aqui dizer, me dirigir à bancada de Oposição, Ex.^a para dizer que tudo que é acertado não é caro nem barato. O deputado Alan Sanches está correto, porque é um conceito da bancada de Oposição que não se pode abrir mão do quórum de votação, embora a bancada de Oposição, de Minoria até colabore para que dê o quórum, como nós fizemos aqui na semana passada.

Então, eu quero dizer, deputado presidente, me dirigindo através de V. Ex.^a, ao nobre colega Alan Sanches, que eu não vejo, pessoalmente, nenhuma dificuldade que os membros da bancada aqui permaneçam para facilitar o quórum. Porque o que nós precisamos não é de intransigência, nós precisamos é de produção legislativa. O nosso inimigo aqui, os nossos inimigos podem ser comuns ou não. Mas, a nossa luta é comum, que é uma luta para resgatar a dignidade do Parlamento da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Muito bem, deputado.

Srs. deputados, há um pedido de verificação de quórum no âmbito das comissões, formulado pelos deputados Alan Sanches e Rosemberg Pinto. Eu convido a todos os deputados que estejam em quaisquer das dependências desse poder, que se façam presentes aqui no plenário, onde há um pedido de verificação de quórum de votação nas comissões.

Vamos começar com a Comissão de Constituição e Justiça. Por favor, marque os 15 minutos.

(O Sr. Presidente Nelson Leal faz a chamada dos Srs. deputados no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.) (Pausa)

Já tem quórum na Comissão de Constituição e Justiça.

Comissão de Educação, Cultura, Ciência, e Tecnologia e Serviço Público.

(O Sr. Presidente Nelson Leal faz a chamada dos Srs. deputados no âmbito da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.) (Pausa)

Há quórum.

Próxima Comissão.

(O Sr. Presidente Nelson Leal faz a chamada dos Srs. deputados no âmbito da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Turismo.) (Pausa)

O Sr. Alan Sanches: A deputada Jusmari está presente, presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): A deputada está.

O Sr. Alan Sanches: Ah, eu não estava vendo, deputada. Muito bem, adoro a senhora, gosto muito de vê-la.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Niltinho também acabou de chegar. Há quórum na Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo.

(Pausa)

Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho.)

Há quórum.

Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum no âmbito da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.)

Há quórum nas comissões.

Em votação o parecer do relator. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em discussão única e votação...

O Sr. Hilton Coelho: Para indicar o voto pessoal, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: Muito rapidamente, Sr. Presidente.

Queremos indicar que o voto pessoal será contrário.

Não que esse não seja um mecanismo tradicional. Nós reconhecemos que esse tipo de movimentação é feito tradicionalmente pelos governos, já que nós temos a perspectiva de que boa parte dessas dívidas que existem com o estado realmente não sejam salgadas. Então, é algo realmente tradicional aos diversos governos.

No entanto, nos faltam dois elementos no projeto. Primeiro, o principal deles: quem serão os beneficiados. O projeto deveria trazer de maneira evidente a lista dos beneficiados.

Eu quero dizer que recentemente nós tivemos um problema em relação à questão das dívidas com a Previdência Social, que foi aprovada aqui, por esta Casa, e que o próprio governador teve que vetar o projeto já que o presidente da Casa, deputado Angelo Coronel, estaria na lista, as suas empresas, como beneficiado pelo projeto. Então, para nós, do Psol, pela questão da transparência, seria muito importante que constasse do projeto.

Então, o voto do Psol será um voto contrário.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Registrado.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado, com o voto contrário, já registrado, do Psol na figura do deputado Hilton Coelho.

PROJETO DE LEI Nº 23.191/2019

Autoriza a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito contratadas com o extinto Banco do Estado da Bahia S.A. - BANEBA, e cedidas ao Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE ou à Agência de

**Fomento do Estado da Bahia S.A. -
DESENBAHIA.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a liquidação, à vista ou em parcelas, nas condições previstas nesta Lei, de dívidas oriundas de operações de crédito contratadas com o extinto

Banco do Estado da Bahia S.A. - BANEBA, e cedidas ao Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE ou à Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. - DESENBAHIA.

Art. 2º - Poderão gozar dos benefícios previstos nesta Lei:

I - pessoas físicas ou jurídicas que contrataram operações de crédito junto ao extinto BANEBA, e cedidas ao FUNDESE ou à DESENBAHIA;

II - pessoas físicas ou jurídicas que são coobrigadas em operações de crédito contratadas junto ao extinto BANEBA, e cedidas ao FUNDESE ou à DESENBAHIA, na condição de fiador, avalista ou hipotecante.

Art. 3º - A liquidação da dívida poderá ser realizada à vista ou em parcelas, na forma que segue:

I - pagamento à vista:

- a) para operações de crédito com saldo devedor de até R\$100.000,00 (cem mil reais), a liquidação da dívida será realizada através do pagamento de 40% (quarenta por cento) do valor do principal da dívida;
- b) para operações com saldo devedor acima de R\$100.000,00 (cem mil reais) e até R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), a liquidação da dívida será realizada através do pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor do principal da dívida;
- c) para operações com saldo devedor acima de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) e até R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), a liquidação da dívida será realizada através do pagamento de 60% (sessenta por cento) do valor do principal da dívida;
- d) para operações com saldo devedor acima de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) e até R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), a liquidação da dívida será realizada através do pagamento de 70% (setenta por cento) do valor do principal da dívida;
- e) para operações com saldo devedor acima de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), a liquidação da dívida será realizada através do pagamento de 80% (oitenta por cento) do valor do principal da dívida;

II - o pagamento parcelado poderá ser realizado em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, com acréscimo de taxa de juros fixa de 15% (quinze por cento) ao

ano, calculado pelo sistema da Tabela PRICE, sobre o valor de liquidação da dívida estabelecido conforme disposto no inciso I do art. 3º desta Lei.

§ 1º - O saldo devedor e o valor do principal da dívida serão apurados conforme definidos no sistema de controle de ativos da DESENBAHIA, devendo ser corrigidos até a data da liquidação.

§ 2º - Considera-se valor do principal da dívida, o valor cedido pelo BANEBA, atualizado pela Taxa Referencial - TR do Banco Central do Brasil, a partir da cessão do crédito até a data da liquidação ou parcelamento.

§ 3º - O valor da parcela mensal não poderá ser inferior a R\$200,00 (duzentos reais), devendo o prazo do parcelamento ser ajustado para atendimento desta limitação.

Art. 4º - Em caso de inadimplência das parcelas repactuadas, na forma do inciso II do art. 3º desta Lei, os benefícios concedidos serão cancelados e o valor da dívida voltará a ser cobrada pelo seu valor integral, deduzidos dos valores efetivamente pagos.

Parágrafo único - A DESENBAHIA poderá manter os benefícios concedidos para pagamentos de parcelas com atraso de até 150 (cento e cinquenta) dias, cobrando mora de 1% (um por cento) ao mês sobre as parcelas em atraso.

Art. 5º - Fica estabelecido o prazo de 12 (doze) meses para adesão dos interessados aos benefícios previstos nesta Lei, contado da data da sua publicação.

Parágrafo único - No caso de mutuários que estejam inadimplentes em outras operações de crédito junto à DESENBAHIA não beneficiadas por esta Lei, somente poderão aderir a estes benefícios se efetuarem a renegociação de todos os contratos, qualquer que seja a fonte do recurso utilizado.

Art. 6º - A DESENBAHIA, ao final do prazo de adesão fixado no art. 5º desta Lei, deverá manter ou providenciar a imediata cobrança judicial dos contratos em estado de inadimplência e não repactuados com base nesta Lei, de acordo com as políticas aplicadas por aquela instituição.

Parágrafo único - Os contratos que já são objeto de cobrança judicial deverão ter o acordo de renegociação homologado nos autos do processo judicial, ficando as despesas de custas judiciais e honorários advocatícios, por conta do mutuário, incidentes sobre o valor de liquidação da dívida.

Art. 7º - Fica a DESENBAHIA, na qualidade de gestora do FUNDESE, conforme estabelece o art. 9º da Lei nº 7.599, de 07 de fevereiro de 2000, autorizada a adotar as providências que se fizerem necessárias à aplicação da repactuação de que trata esta Lei, observadas as políticas e normas da instituição.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, pela ordem

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Por uma questão de justiça, eu quero deixar registrado aqui. Primeiro, o projeto prevê que os interessados devem se credenciar junto, porque é assim que se faz. Até porque não é permitido por lei você apresentar nem devedores e nem credores do sistema financeiro. E quero deixar registrado que, com relação ao projeto, não consta nenhuma alusão ao deputado Angelo Coronel.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Ao senador, agora senador.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Ao senador.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Antes de entrar no próximo projeto, eu queria convidar todos os deputados e deputadas. No dia 27 vamos estar fazendo um grande debate aqui a respeito do aumento abusivo das passagens aéreas. Nós estamos chocados com os valores praticados pelas companhias aéreas aqui, no Brasil, com 147% de aumento. É mais barato, hoje, você ir para a Europa ou para os Estados Unidos do que ir a Brasília. Vários deputados iriam a Brasília amanhã para reunião em um ministério, mas o preço médio das passagens Salvador/Brasília/Salvador estava por R\$ 2.700,00.

É inexplicável! Por isso, a gente queria tentar entender quais são as componentes utilizadas para essas tarifas. Se você analisar, fora do Brasil o piloto, o copiloto, as comissárias de bordo recebem em euro, em dólar, e se consegue tarifas muito mais baratas do que aqui na nossa terra. Então a gente precisa saber o que está acontecendo.

Vai ser às 9h30min da manhã de segunda-feira.

Há sobre a mesa o seguinte requerimento: (lê) *“Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V. Exa., a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº 23.301/2019, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera a Lei Estadual nº 11.918, de 16 de junho de 2010, que dispõe sobre a extinção do Instituto Pedro Ribeiro de Administração Judiciária - IPRAJ e a reestruturação administrativa dos serviços auxiliares do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e dá outras providências”*.

Designo como relator o deputado Targino Machado, Líder da Minoria.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Designo como relator o deputado Targino Machado, Líder da Minoria.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta, Excelência, é uma tarefa fácil, porque este projeto visa alterar a Lei Estadual nº 11.918, de 16 de junho de 2010, que dispõe sobre a extinção do Instituto Pedro Ribeiro de Administração Judiciária - IPRAJ e a reestruturação administrativa dos serviços auxiliares do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e dá outras providências.

Sr. Presidente, este projeto está vindo à votação objeto de dispensa de formalidades, por acordo entre as Bancadas da Maioria e da Minoria. Na verdade, o que é esse projeto? Liberar para que o Poder Judiciário da Bahia possa acrescentar como receita ao Fundo de Aparentamento do Judiciário, os saldos de feitos não

identificados e sem movimentação há mais de 5 anos, compreendendo o principal e os rendimentos financeiros que se encontram nas contas mantidas no Banco do Brasil, sob números tais e tal.

Na verdade, aprovamos, aqui, algumas semanas atrás, um projeto que foi, em verdade, de forma genérica.

O Tribunal de Justiça está enviando este outro para, objetivamente, e só pode ser assim, objetivamente, indicando as contas onde estão depositados esses recursos.

Quanto a esses recursos, a Assembleia fará chegar aos cofres do Poder Judiciário em boa hora, justamente, quando o Conselho Nacional de Justiça está com a espada apontada para o jurisdicionado da Bahia, sob ameaça de fechar, extinguir ou desativar cerca de 54 comarcas.

Este Poder Legislativo tem assumido o protagonismo das conversações nas negociações com o Tribunal de Justiça. Já demos notícia aqui. Eu e o deputado Rosemberg informamos que, das cinquenta e tantas comarcas, conseguimos reduzir para 18, num esforço suprapartidário, pensando, somente, nos interesses dos jurisdicionados da Bahia.

Na verdade, nem eu, nem o deputado Rosemberg, nem o deputado Nelson Leal participamos desta negociação. Nós não gostaríamos de ver a extinção das comarcas.

A Constituição de 1988 trouxe um incitamento novo de que cada município é uma comarca.

Mas as dificuldades financeiras e orçamentárias trouxeram a necessidade de adequação. E o Conselho Nacional de Justiça pede a extinção ou a desativação de 54 comarcas na Bahia, tendo, como base, uma linha de corte de cerca de 850 processos no último triênio em cada comarca. Diferentemente disso, nós conseguimos salvar algumas comarcas, a maioria das comarcas está abaixo dessa linha de corte. Não houve como salvar outras que possuem, apenas, 130, 140, 200 processos como movimentação no último triênio.

Por isso, fizemos um acordo, porque o Poder Judiciário precisa deste recurso que está parado, sendo utilizado pelo Banco do Brasil. E isso será investido na qualidade da justiça para aproximar a justiça do jurisdicionado.

Por isso, da análise deste projeto, vimos que é legal, regimental, constitucional.

Por isso, recomendamos a aprovação.

Aproveito, aqui, Sr. Presidente, de logo, para encaminhar, à Bancada da Oposição, o voto a favor deste projeto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Alan Sanches: Para discutir, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para discutir, o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Alan, deixe eu só votar aqui no âmbito das comissões.

Em votação no âmbito das comissões o parecer que acaba de ser lido pelo deputado Targino Machado. Os Srs. Deputados, que aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa)

Aprovado.

Para discutir o deputado Alan Sanches.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para discutir o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, deputado Rosemberg, deputados, deputadas, eu acho que esta Casa tem demonstrado, sob sua liderança deputado Rosemberg e a liderança também do deputado Targino, um amadurecimento nas discussões, nos debates, amadurecendo, inclusive, aperfeiçoando os projetos, tendo bom senso nas decisões. Um projeto que tinha sido já votado nesta Casa, mas com um equívoco, que era justamente a especificação das contas necessárias para dar licitude a esse projeto.

Eu queria aqui, em público, agradecer em nome do povo de Conceição do Almeida, um povo querido, um povo com que talvez eu tenha uma das maiores identificações da minha vida. Justamente com um amigo, um parceiro que já foi meu paciente, tive o privilégio de naquele momento operá-lo, quando teve um acidente na BR-101, eu estava no Hospital Santa Isabel, e naquele momento nós tivemos o início de uma longa amizade.

Foi meu paciente por mais de 2 anos, graças a Deus, bem tratado, ele perdeu um segmento da perna, mas nós conseguimos cuidar dele através de um tratamento ortopédico de ilizarov, hoje está perfeitamente bem, ganhou a sua eleição e vai ganhar novamente agora em 2020. Mas queria, em público, agradecer a todos que se esforçaram deputado Rosemberg, deputado Targino, para que mantivéssemos a nossa Comarca lá em Conceição do Almeida. Nós sabemos que muitas vezes não temos todos os critérios necessários estabelecidos por alguma instituição, por determinado órgão, mas o que valeu aqui nessa discussão foi justamente o bom senso de olhar aquela população de Conceição do Almeida que precisa, que precisa dessa Comarca para que continuemos avançando muito mais.

Agradeço a você deputado Targino, agradeço a você deputado Rosemberg por essa defesa, por essa defesa a meus irmãos queridos de Conceição do Almeida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Encerrada a discussão, encerrada a discussão.

Em votação, o Projeto de Lei nº 23.301/2019, de procedência do Tribunal de Justiça da Bahia. Os Srs. Deputados, que aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa)

Aprovado por unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 23.301/2019

Altera a Lei Estadual nº. 11.918, de 16 de Junho de 2010, que dispõe sobre a extinção do Instituto Pedro Ribeiro de Administração Judiciária – IPRAJ e a reestruturação administrativa dos serviços auxiliares do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e dá outras providências e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 12 da Lei Estadual nº. 11.918, de 16 de Junho de 2010, fica acrescido do inciso XV, com a seguinte redação:

“XV - os saldos de feitos não identificados e sem movimentação há mais de cinco anos, compreendendo o principal e os rendimentos financeiros, que encontram-se nas contas mantidas no Banco do Brasil, sob nº. 0300119944007 e nº.5000131734200.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em ____ de _____ de 2019.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu queria aproveitar aqui e agradecer a toda a Bancada, inclusive agradecer à Bancada da Oposição, no outro projeto e nesse também, mas dizer o seguinte na próxima terça-feira, Sr. Presidente, haverá uma ida de uma comitiva lá na Bahia *Farm Show*.

Então, como nós vamos ter uma dificuldade de quórum aqui nas comissões, e como nós estamos trabalhando o fortalecimento das comissões, por acordo com o deputado Targino, nós vamos fazer a comissão conjunta – já que nós combinamos que pode ser feita na segunda-feira, concomitantemente com a sessão ordinária –, nós vamos, às 16h de segunda-feira, fazer uma comissão conjunta, uma vez que na terça-feira, certamente, nós não teremos votação nem na comissão e nem na parte da tarde, para que se possa dar oportunidade aos deputados de fazerem a visita a Luís Eduardo Magalhães. Além disso, haverá uma reunião da Comissão de Agricultura, lá no Parque de Exposições da *Farm Show*.

Queria aproveitar também e deixar registrado, deputado Paulo Câmara, porque nesse final de semana, lá em Ibicaraí, houve um grande questionamento sobre a Comarca de Ibicaraí. Então, quero deixar registrado: a Comarca de Ibicaraí, de João Dourado e de Cândido Sales, todas as três serão mantidas. Quem quiser depois pegar

essa informação, eu tenho aqui comigo. Até me pediram para não divulgar, mas quem tiver interesse em saber as 18 comarcas, pode me procurar que eu passarei sem nenhum problema.

Agradecer, aí, a toda a Bancada da Oposição e do Governo, porque hoje votamos por consenso esses dois projetos.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Targino Machado Pedreira.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, eu achei absolutamente interessante tudo o que aconteceu nessa sessão de hoje. Ocupei a tribuna, deputado Paulo Câmara, para falar do momento – espero que seja um momento só de insensatez – de Sua Excelência o governador, que quer instituir mensalidades em universidade pública da Bahia. Com isso, ou ele quer se afastar, de fato, do PT e dos dogmas do PT ou o fuso horário lá da China trouxe uma certa perturbação.

O ilustre deputado Zé Raimundo disse que ele não disse isso, não é? Eu gostaria de aproveitar aqui, deputado José Raimundo, para defender a imprensa escrita da Bahia, porque diz o governador, abre aspas, (Lê) *“Ele ainda comparou o cenário brasileiro com o de países da Europa e afirmou que, sendo mais pobre, o Brasil não pode abrir mão de fontes de financiamento para universidades, que países ricos não abrem mão.”*

Primeiro, o governador precisa retirar a Bahia desse quadro infame de desemprego – porque no Brasil só ganha do Amapá – por falta de políticas desenvolvimentistas por parte do governo da Bahia nos últimos 12 anos. Se eles tivessem partido na frente com políticas fomentadoras de desenvolvimento não teríamos aprofundado a miséria no estado da Bahia.

E, justamente, depois que o IBGE divulga esses dados, que a Bahia está em penúltimo lugar, perdendo para o Amapá, e que depois da Bahia vem o Acre e o Maranhão na questão do desemprego.

Eu fiquei assustado com essa afirmação do governador de instituir mensalidades nas universidades públicas da Bahia. Por todas as razões, em todos os quesitos, o governador está errado.

Como o professor, o ilustre professor e deputado José Raimundo, mais professor do que deputado, porque deputado ele está, professor ele é e continuará sendo independente de estar aqui ou não. Ele veio aqui e colocou a posição do PT, que o PT é contra esse instituto de cobrança de mensalidades nas universidades.

Quero parabenizar o deputado e professor José Raimundo, e dizer a ele que fiquei muito feliz com o pronunciamento dele que agregou valor ao nosso.

Mas, Sr. Presidente, quero concluir a minha fala dizendo que estamos encaminhando o voto favorável ao projeto que acabo de relatar, pedindo à Oposição para que votemos esse projeto favoravelmente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu convoco uma sessão extraordinária 1 minuto após o encerramento desta, para apreciar o Projeto de Lei nº 23.301/2019 de procedência do Tribunal de Justiça do estado.

Como não tem nenhuma matéria na Ordem do Dia, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.